

**FIM
IMEDIATO
DO GENOCÍDIO
DOS PALESTINOS**

SINDICAL + pag/5

Nem os capitalistas nem os governos
cumprem com suas palavras: **lutar
pela independência de classe**

NACIONAL + pag/4

O BRASIL NUNCA FOI TÃO
AFETADO POR PROBLEMAS
AMBIENTAIS COMO EM 2023

O parlamentarismo e democratismo levam ao fracasso das reivindicações

É POR MEIO DA LUTA DE CLASSE QUE SERÁ POSSÍVEL DERROTAR OS PATRÕES E OS GOVERNOS!

*É preciso exigir as **assembleias gerais de base**, livres e democráticas, **em todos os setores afetados**, para organizar a luta unitária a partir das reivindicações, contra o governo e os capitalistas, nas ruas, com greves, bloqueios e ocupações, até o atendimento das reivindicações!*



INTERNACIONAL

ELEIÇÕES NA ARGENTINA

A ultradireita ganha as eleições: organizar a oposição revolucionária para combater o novo governo com os métodos da luta de classe e a estratégia proletária!

+ pag/23

**GREVE
de 28/11**

MOVIMENTOS + pag/8 a 11

GREVE DO FUNCIONALISMO

É preciso unificar população, trabalhadores e a classe operária contra o conjunto de ataques!

**GENOCÍDIO
PALESTINO**

MOVIMENTOS + pag/16 a 19

*Fortalecer no mundo todo a
campanha de **apoio incondicional
aos palestinos!***

Derrota do sionismo e do imperialismo ianque!

UCRÂNIA

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

O parlamentarismo e democratismo levam ao fracasso das reivindicações

É por meio da luta de classe que será possível derrotar os patrões e os governos

A greve de um dia, 28/11, convocada pelos sindicatos de metroviários, ferroviários, da Sabesp e Apeoesp, poderia ter sido um passo na unificação da luta geral contra as privatizações e o corte do orçamento da educação. Para isso, teria sido necessária uma ampla convocação nas bases, um chamado à unidade com outros setores, e à população, duramente atingida pela falta de energia depois das últimas tempestades, causada pela inoperância da Enel, empresa privada de energia elétrica de São Paulo. A mesma população assalariada que sofre quase que diariamente com as falhas das linhas privatizadas da CPTM, principalmente a linha 9. A defesa firme das reivindicações, com o chamado a defendê-las por meio dos métodos da luta de classes, poderia iniciar um movimento geral e nacional contra o privatismo e a destruição de direitos, dentre eles a educação, em benefício do parasitismo financeiro. Essa luta se chocaria diretamente com o governo estadual direitista de Tarcísio de Freitas, mas também com os demais governos estaduais, e finalmente com o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

de tudo, voltaram o movimento para o cretinismo parlamentar, para a ilusão de que seria possível “convencer” os deputados estaduais a votarem contra as privatizações e o corte de verbas na educação, com atos esvaziados e uma turnê de visitas às comissões legislativas e aos deputados.

O parlamento jamais foi o caminho para as massas conquistarem suas reivindicações. As leis, no máximo, refletem parcialmente relações e direitos conquistados por meio da luta, de acordo com a correlação de forças obtida, não nas urnas, e sim na luta de classes. O parlamento é o cemitério das reivindicações das massas.

Se isso vale em geral, vale ainda mais na conjuntura em que vivemos. A crise mundial do capitalismo, que se manifesta de forma mais evidente no atual retrocesso econômico das potências imperialistas, estabelece, como fundamentos, o estreitamento geral da democracia burguesa, e a direitização da burguesia em toda parte, com suas particularidades regionais. As grandes bancadas de deputados eleitos pelos partidos de direita, no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados, não

ternacional sobre todos os principais ramos produtivos, são os interesses desse setor que serão preservados pelas diversas “casas do povo”, como são cinicamente chamados os parlamentos. Os discursos radicalizados nas bancadas ou nos caminhões de som de manifestações diante dos parlamentos não levarão a nada, a não ser à legitimação de processos de votação fraudados, pois são decididos de fato entre as negociatas das frações capitalistas que impõem suas pretensões aos parlamentos e governos.

Os processos de privatização nada mais são que meios de salvaguardar os lucros capitalistas quando a exploração do trabalho assalariado não é suficiente para resguardar seus interesses econômicos. As empresas estatais, dando lucro ou não, são entregues a preços aviltantes aos “amigos” dos governantes e parlamentares – leia-se: capitalistas e seus fundos de investimento. Os parasitas as chupinham, cobrando as taxas, contas, passagens, serviços, etc., sem cumprirem sequer os contratos que lhes são favoráveis assinados, e depois entregam a sucata aos governos, ou reivindicam aportes compensatórios, de forma que jamais têm prejuízos. Os “amigos”, no governo e no parlamento, claro, têm suas “compensações”. As massas sofrem com o encarecimento e falta de prestação de serviços adequados.

As empresas estatais são duramente atacadas pelos ideólogos da burguesia. É como se nas empresas privadas não existissem cabides de empregos, favorecimentos, corrupção, etc. Como se existissem num mundo paralelo, fora das relações capitalistas, que imprimem as relações de compra e venda em todos os poros da sociedade, até sobre as pessoas.

A defesa das estatais é parte da defesa dos salários indiretos dos assalariados. Os serviços sociais públicos – dentre eles a Saúde, Educação, Previdência, Água e Saneamento, etc. – constituem

Os discursos radicalizados nas bancadas ou nos caminhões de som de manifestações diante dos parlamentos não levarão a nada, a não ser à legitimação de processos de votação fraudados, pois são decididos de fato entre as negociatas das frações capitalistas que impõem suas pretensões aos parlamentos e governos.

Mas o que aconteceu foi justamente o oposto. As direções utilizaram o dia 28/11 como um escape para a panela de pressão que vem das bases. Não fizeram uma ampla convocação para a luta. Fizeram um acordo por cima das assembleias de base, para que a greve não passasse de um dia, apesar de haver uma disposição de luta que vem se desenvolvendo há várias semanas, particularmente entre setores de metroviários e ferroviários. E, pior

são um reflexo de uma direitização das massas, e sim da direitização da classe dominante, que detém o poder econômico e determina em última instância o resultado das disputas eleitorais. Os parlamentares não estão, de modo algum, subordinados às pressões de seus eleitores, e sim aos seus financiadores de campanha. Se a economia retrocede, se se processa a desindustrialização, se aumenta a penetração do capital financeiro in-

parte essencial na reprodução da força de trabalho, que se fundamenta nos salários diretos. Sem a possibilidade de contar com esses serviços públicos, o custo de vida aumenta e as condições para sustentá-la e reproduzi-la se tornam mais difíceis.

Existem também as estatais que representam algum controle nacional sobre setores chave da economia, tais como a Petrobras e os Correios, por exemplo. A possibilidade de algum controle do país sobre a economia decorre imediatamente do estatismo dessas empresas. É claro que, sob controle do Estado burguês, o estatismo serve à burguesia nacional, e não às massas. É por isso que a defesa do estatismo está ligada à luta pelo controle operário dessas estatais. Combinam-se a luta pelas estatais sob controle operário à luta anti-imperialista, que busca expulsar o capital financeiro internacional, expropriar os capitalistas e seus fundos de investimento, pois, a soberania nacional é impossível enquanto os ramos chave da economia e as riquezas sociais não estiverem sob controle estatal dos explorados. Trata-se de um aspecto da revolução proletária, que abrirá caminho à transição socialista.

Quando dissemos que a greve de 28/11 poderia dar um passo na direção de um movimento nacional de defesa das reivindicações mais sentidas das massas, juntamente à luta contra o privatismo e os cortes nos serviços sociais públicos, dentre eles a Educação, esse caminho somente poderia partir das bases radicalizadas, discutindo e decidindo pela continuidade do movimento grevista em suas assembleias de base. As direções das organizações sindicais, todas elas, estiveram pela contenção da luta e sua restrição à pressão parlamentar. Ao fazerem um acordo por cima das assembleias, de que a greve não poderia de forma alguma ser estendida, agiram burocraticamente, contra a democracia operária, contra qualquer traço de independência de classe, e contra as reivindicações das bases, subordinando-as ao cretinismo parlamentar. Provaram que não servem para estar à frente das organizações de massa, devem ser removidas e substituídas por direções classistas, independentes, combativas. Essa é uma tarefa que cabe à vanguarda que se levanta contra os burocratas, essa vanguarda tem

de se colocar à altura dessa tarefa fundamental. Sem dúvida, o combate ao governismo dominante nas direções, aberto ou velado, e aos eleitoralismo e democratismos burgueses, é parte desse objetivo.

A COP 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes, não contou com a participação dos maiores poluidores do planeta, a China e os EUA – Lula foi o indicado para fazer a abertura do evento. Dessa forma, jamais poderia ter discutido e decidido alguma resolução que de fato apontasse para algum objetivo de contenção de poluentes. Este ano, já foi ultrapassada a marca de 2°C de elevação geral da temperatura do planeta, acima da época pré-industrial, limite declarado no Acordo de Paris, na COP20. Pesquisadores apontam que 3°C acima desse limite já levará à impossibilidade de germinação de muitos vegetais. As catástrofes climáticas já começaram, com grandes enchentes, secas, tempestades e furacões, recordes de temperaturas, etc. Até agora, as medidas tomadas pelos governos burgueses não foram capazes de sequer estancar a elevação geral da temperatura e as catástrofes climáticas.

A imprensa criticou a falta de objetivo do encontro. Mas, sem a China e os EUA, maiores poluidores, qualquer resolução tomada com objetivo concreto seria inócua. Nem a China, nem os EUA, em guerra comercial, podem comprometer-se a uma redução de poluentes, que só pode ser feita à custa de mais gastos e menores lucros. A China tem de se ver com as tendências de crise de superprodução, e busca ampliar seus mercados e investimentos no mundo todo, desbancando os países imperialistas em suas semicolônias. Os EUA sofrem com a desindustrialização, as tendências recessivas e inflacionárias, decorrentes da desdolarização da economia mundial, em pleno andamento. O elevado aumento do investimento na indústria militar tem sustentado artificialmente esse ramo econômico, que tem toda a sua cadeia de produção impulsionada.

A burguesia mundial vai provando a cada dia a sua incapacidade e impossibilidade de conter os desequilíbrios climáticos, leia-se destruição da natureza e do planeta.

Ao contrário, apesar das reclamações de Lula na abertura da COP28, o imperialismo tem de se jogar cada vez mais no caminho das guerras. Imedia-

tamente, busca mercado para sua indústria bélica; estrategicamente, busca a destruição maciça de forças produtivas, em especial da Rússia e China, capaz de permitir um novo ciclo de recomposição das forças produtivas, sob seu controle.

Assim, além de manterem a guerra na Ucrânia, apesar dos indicativos de derrota definitiva para a Rússia nos territórios do Leste ucraniano, impulsionam fortemente o genocídio dos palestinos pelo estado sionista de Israel. E provocam sistematicamente a China, a Coreia do Norte, o Irã, a Síria e o Líbano. Aos EUA, só interessa a guerra em toda parte.

A burguesia mundial vai provando a cada dia a sua incapacidade e impossibilidade de conter os desequilíbrios climáticos, leia-se destruição da natureza e do planeta.

O proletariado mundial combate o imperialismo, que é a burguesia mundial em todos os terrenos. Qualquer avanço militar do imperialismo é uma derrota para as massas mundiais. Neste momento, as trincheiras internacionalistas do proletariado estão na Ucrânia, em combate à OTAN e em defesa das conquistas revolucionárias da nacionalização dos ramos chave da economia russa, sem apoiar politicamente a burocracia contrarrevolucionária. E na Palestina, na Faixa de Gaza, e em toda parte, ao lado do Hamas, também sem apoiá-lo politicamente. Defendemos que os palestinos resistam como possam à ofensiva militar reacionária do estado sionista, que tem por trás o imperialismo estadunidense. E defendemos a organização de movimentos em todo o mundo em sua defesa, com manifestações multitudinárias, greves em portos e aeroportos, nos trens, nas fábricas de insumos, pela ruptura de todas as relações diplomáticas, política e econômicas com o estado sionista. Unificar as lutas pelas reivindicações mais sentidas pelas massas, cujo atendimento se opõe frontalmente aos interesses do capital financeiro internacional. Essa é a forma de avançar na direção da revolução proletária, em cada país e no mundo todo. ●

O Brasil nunca foi tão afetado por problemas ambientais como em 2023

O Brasil nunca foi tão afetado por “desastres naturais”, como em 2023: secas históricas na Amazônia, enchentes no Sul, queimadas no Pantanal, ondas de calor e tempestades no Sudeste, etc. Dados do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil apontam que, até o início de novembro, 1 em cada 3 municípios do país decretou situação de emergência.

Os impactos econômicos são visíveis. Na agricultura, por exemplo, pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da USP informam que a safra de café 2024/2025 será prejudicada, porque as ondas de calor e chuvas de granizo no Sudeste estão destruindo as primeiras floradas. No mesmo sentido, Gilberto Cunha, pesquisador da Embrapa, afirmou que as ondas

de calor no Centro-Oeste impactarão negativamente nas duas principais culturas agrícolas do Brasil, a de soja e a do milho.

O setor de seguros, por sua vez, tem reagido de diferentes formas. A seguradora estadunidense *State Farm*, por exemplo, anunciou que não venderá mais seguros contra incêndio na Califórnia, por causa dos incêndios florestais descontrolados, que têm aumentado nos últimos anos. O preço do seguro contra enchente, por sua vez, quadruplicou.

Mas, como tudo no capitalismo, os oprimidos são os que mais sofrem, seja perdendo a vida, como os 64 mortos em São Sebastião/SP, nas chuvas de fevereiro deste ano, seja perdendo as suas casas ou mesmo suas condições de trabalho, como os ribeirinhos e os pequenos produto-

... a burguesia e o seu Estado, responsáveis pela destruição da natureza e pelas consequências sociais deste fato, são incapazes de reverter ou mesmo de diminuir o problema ...

res na região Norte.

Fica evidente que a burguesia e o seu Estado, responsáveis pela destruição da natureza e pelas consequências sociais deste fato, são incapazes de reverter ou mesmo de diminuir o problema, independentemente do governo de plantão ser mais ou menos “preocupado” com a questão ambiental. Somente com a planificação da economia será possível, de forma racional, retirar da natureza o que for necessário para a vida humana. E isso será obra do socialismo. ●

Direção da FUP (CUT) capitula diante de proposta rebaixada da Petrobrás

PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA (FNP) REJEITAM A PROPOSTA

Os petroleiros estão em campanha salarial, para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024. A pauta de reivindicações é extensa, mas as reivindicações centrais são: 1) recomposição salarial da inflação dos últimos anos; 2) que o plano de saúde seja integralmente pago pela empresa; 3) a inclusão da cláusula de ultratividade no ACT, que tem o efeito de tornar as cláusulas atuais válidas até que seja assinado um futuro acordo coletivo, preservando assim os direitos conquistados.

Até a segunda proposta feita pelo Governo, as duas

federações, a Federação Única dos Petroleiros (FUP, filiada à CUT) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) estavam se colocando pela rejeição das propostas rebaixadas apresentadas pela “nova” direção da Petrobrás.

Ocorre que o Governo enviou uma terceira proposta, tão rebaixada quanto as anteriores, já que manteve a previsão de aumento real de apenas 1%, desconsiderou as perdas anteriores, mantém o plano de saúde na proporção de 60/40 (60% pago pela empresa e 40% pelos empregados) e não inclui a ultratividade.

A direção da FUP e os sin-

dicatos a ela filiados, para defender o seu governo, se apegaram a pequenos avanços em pautas menores, para caracterizar que houve uma mudança qualitativa, e decidiram indicar para as suas bases a aceitação do ACT. As assembleias ocorrerão na primeira quinzena de dezembro.

A FNP, entendendo que a proposta não é diferente das anteriores, que foram recusadas pelas bases em todo o país, decidiu pela indicação da rejeição. Um dos mais importantes sindicatos da FNP, o Sindipetro Litoral Paulista, em assembleia realizada no dia 30/11, rejeitou por ampla

maioria a proposta. Ao mesmo tempo, foi aprovado que o Sindipetro LP está autorizado a assinar o ACT, caso a maioria dos sindicatos do país aprove a proposta.

A traição da direção da FUP e dos sindicatos filiados a ela evidencia que, sem independência política do governo/patrão, não é possível atuar na defesa de suas reivindicações mais básicas e elementares. Está colocada a tarefa de organizar uma fração revolucionária no interior dos petroleiros, tendo por base a caracterização de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin. ●

Nem os capitalistas nem os governos cumprem com suas palavras: lutar pela independência de classe no movimento

O primeiro ano do governo Lula/Alckmin não deixou nenhuma dúvida em relação ao seu caráter (de classe) e de seus interesses (imediatos). A criação das Mesas Permanentes de Negociação, a aprovação do Arcabouço fiscal, a proposta de Reforma Tributária, a renovação do Plano Safra, e a apresentação de uma Lei orçamentária para 2024, que congela os salários e que corta gastos em áreas como Cultura e investimentos, demonstra a função do governo de frente ampla. O compromisso, de conjunto, é zerar o chamado “déficit fiscal” e voltar a produzir o superávit primário (uma parte do orçamento que não só paga os juros da Dívida, mas como reserva mais dinheiro para o parasitismo financeiro). Ou seja, a política “macroeconômica”, que determina as verbas para todos os setores e serviços sociais, está tão voltado aos interesses do grande capital nacional e internacional como a de todos os governos, de esquerda ou de direita, das últimas décadas.

Apesar da clareza quanto à natureza e aos objetivos, a maioria absoluta das esquerdas no país não só votou na chapa Lula/Alckmin como continua sustentando sua governabilidade ao não enfrentar os capitalistas e o próprio governo.

No primeiro semestre, vimos como a Mesa Permanente serviu para que todas as Centrais sindicais, com suas direções políticas, de “esquerda” a “direita”, colaborassem com a aprovação do salário mínimo de fome, de R\$ 1320,00.

No meio do ano, mesmo com as dezenas de milhares de ações dos capitalistas ao fecharem fábricas, ao aplicarem os lay-offs, ao manterem os salários rebaixados nas campanhas salariais, as direções sindicais continuaram com sua política de “negociação” (na verdade, de imposição das medidas ditadas pelos capitalistas contra os reais interesses e necessidades dos assalariados) sem qualquer luta, greve, manifestações de rua, etc. A GM chegou a suspender os contratos de mais de 1000 operários de três fábricas no meio do ano e os sindicatos da Força e da CSP-Conlutas nada fizeram para reverter a suspensão, o lay-off, que é

sempre a antessala das demissões, porque a direção da empresa havia “prometido” estabilidade. Em outubro, a empresa capitalista anunciou as demissões. A greve espontânea foi controlada pelas direções que negociaram, com intermédio da justiça, a suspensão temporária das demissões para negociações nos termos dos Programas de Demissão Voluntária (PDV’s). Ou seja, desarmaram o movimento grevista para adiar a inevitável demissão e fechamento das fábricas da GM, que logo virá, como veio o da FORD, em 2021.

As direções das duas federações dos trabalhadores dos Correios enrolaram durante meses o início da Campanha deste ano, cuja data-base é sempre em agosto. Sem greve e sem mobilização das bases, um Acordo Coletivo, com reajuste abaixo da inflação e sem recuperar os direitos perdidos em 2020, foi aprovado em setembro, mesmo que, no final de novembro, ainda não havia sido todo cumprido. Igualmente, durante todo o ano, o funcionalismo federal

esquerdista o faz, podem se lamentar e fingir que está organizando alguma mobilização quando o mais que faz é pressão parlamentar, sem convocar nem organizar as assembleias massivas, sem ter um calendário de luta que aponte para as paralisações e a construção das greves parciais e geral, único instrumento para colocar contra a parede os capitalistas e o governo.

A necessidade de erguer um movimento nacional em defesa dos empregos, dos salários e contra os ataques dos capitalistas e dos governos é imediata, porque essa necessidade não está ligada a calendários eleitorais, como querem as esquerdas que já usam as poucas atividades de manifestação e de atos que ocorrem para apresentar seus candidatos e sua plataforma eleitoral para 2024. Para os que estão desempregados, para os que estão passando fome, para os que vêem seu salário não cobrir as despesas básicas e se afundam em dívidas, o ano e os problemas não acabaram. É preciso, portanto, exigir a re-

A necessidade de erguer um movimento nacional em defesa dos empregos, dos salários e contra os ataques dos capitalistas e dos governos é imediata, porque essa necessidade não está ligada a calendários eleitorais, como querem as esquerdas que já usam as poucas atividades de manifestação e de atos que ocorrem para apresentar seus candidatos e sua plataforma eleitoral para 2024.

prometeu uma grande “Campanha unificada” de todos os setores. Por meio de dois Fóruns, o FONASEFE e o FONACATE, também participou de várias reuniões das “Mesas Permanentes”, criadas pelo governo. Depois de 11 meses, essas direções se lamentam nas redes sociais sobre o não atendimento das reivindicações salariais e não-salariais “prometidas” pelo governo Lula/Alckmin.

Com efeito, esse mini balanço do ano demonstra como as direções sindicais se curvaram à colaboração de classes, traindo os trabalhadores assalariados e apoiando mais um governo burguês. Essas direções, traidoras, não podem realizar esse balanço. No máximo, como a ala do funcionalismo mais

alização das assembleias, defender os comandos de mobilização, organizar as paralisações, levantar as reivindicações e os métodos da ação direta.

A política burguesa que rebaixa os salários, que fecha fábricas, que demite, que privatiza empresas estatais não deu uma única folga ao longo de todo o ano e não deve fazê-lo em 2024. É preciso exigir das direções o início da mobilizações para, com a ação nas ruas, com o bloqueios de rodovias e avenidas, com a paralisação do trabalho e a construção da greves setoriais e gerais, alcançar a independência de classe frente a capitalistas e a todos os governos e garantir a defesa da vida da maioria nacional explorada. ●

As privatizações e a política das direções sindicais que *contribuem com os governos*

No dia 16 de novembro, ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) um ato unificado das direções dos sindicatos, Sabesp (Sintaema), Metroviários, APEOESP e centrais sindicais, CUT, CTB e CSP-Conlutas. O ato ocorreu no mesmo dia em que ocorreria uma audiência pública para discutir a privatização.

No ato, todos falaram contra as privatizações e de seus problemas, alguns representantes colocaram como exemplo o apagão que ocorreu em São Paulo, nos dias anteriores. Falaram ainda que as privatizações priorizam os lucros, e não os serviços.

As direções dos sindicatos e centrais apontam para o fenômeno das privatizações que, desde Fernando Henrique Cardoso não parou mais, mesmo nos governos do PT. Porém, seu método de enfrentamento ao governo já parte de um terreno de derrota, com suas ações pautadas quase que exclusivamente na pressão jurídico/parlamentar. Em todo o Brasil, o poder legislativo é um instrumento da burguesia e sua ditadura de classe, portanto é impossível impor os interesses dos trabalhadores e da população no parlamento. Nesse sentido, é completamente falsa a ideia de que é possível reverter a privatização pela pressão parlamentar. Os governos, quando colocam qualquer coisa em votação, antes, compram os votos, com a liberação das emendas parlamentares. No momento que colocam seus projetos em votação, já sabem quantos votos têm.

Nos últimos anos, as direções sindicais e das centrais têm reforçado o discurso de que “é preciso ter parlamentares comprometidos com a causa dos trabalhadores”. Nas últimas eleições, esse velho discurso veio acompanhado da ideia de combate ao fascismo. A luta parlamentar virou uma forma preponderante das direções contra os ataques aos serviços públicos e aos trabalhadores, à qual subordinam todos os outros

métodos de luta próprios dos trabalhadores, como greves, manifestações etc. Assim, as direções burocratizadas transformaram as centrais e sindicatos em correias de transmissão da política de conciliação de classes. Esse é também o caso da Apeoesp. Maria Babel, rejeita defender os interesses dos trabalhadores pela via da ação direta, e sabota a democracia operária, convertendo o sindicato em um espaço de colaboração com os governos e patrões, através da Alesp. Rechaça toda e qualquer luta que nasça espontaneamente, e que ameace seu controle do aparelho sindical e projete a luta de classes.

Os trabalhadores enfrentam, em São Paulo, as privatizações de Tarcísio, como no caso da Sabesp, Metrô e CPTM. Mas, suas tendências de luta são bloqueadas pelas direções, e desviadas para os plebiscitos, a pressão parlamentar, etc. Os professores tentam erguer a luta contra o corte dos orçamentos da educação, de 30% para 25%. Tarcísio quer ainda entregar a educação pública diretamente nas mãos da iniciativa privada. Foi aberta consulta pública para uma parceria público-privada de 33 escolas, que serão construídas e geridas diretamente pela iniciativa privada, com um investimento de R\$ 1,6 bilhões. O projeto foi estruturado pelo BNDES, que prevê a construção de escolas em 29 municípios paulistas.

Perante essa ofensiva privatista, é preciso construir as lutas e aprovar a greve unitária do funcionalismo, não só contra Tarcísio, mas também contra o governo de frente ampla. Entretanto, as direções sindicais sorrateiramente tentam separar os ataques nos estados daqueles do governo federal. Enquanto defendem as medidas do governo Lula/Alckmin, visando a defender sua governabilidade, orientam seus ataques e críticas contra Tarcísio como meio de disputa eleitoral para 2024. O maior exemplo disso é o arcabouço fiscal, que

O que o governo de Tarcísio de Freitas aplica em São Paulo é a mesma política privatista e de ataques implementada pelo governo da Frente Ampla burguesa de Lula/Alckmin. Ambos os governos aplicam a mesma diretriz do capital financeiro que, diante da crise cada vez mais aguda do capital, impõe a quebra do monopólio que o estado tem sobre os serviços essenciais, como a educação, saúde, segurança, saneamento básico e os transportes, como no caso do metrô e das linhas férreas, para os entregar à exploração privada.

retira o dinheiro da saúde, educação, moradia, infraestrutura para encher a burra dos multimilionários parasitas da dívida pública. No último dia 22 de outubro, o Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do ministro Fernando Haddad, liberou o governo da obrigação de fazer os gastos mínimos com a Saúde. O corte previsto é da ordem de R\$ 452 milhões, dos R\$ 146,4 bilhões previstos para este ano. Na educação, o chamado “contingenciamento de gastos” (novo nome do “Teto de Gastos”) é da ordem 333 milhões.

O que o governo de Tarcísio de Freitas aplica em São Paulo é a mesma política privatista e de ataques implementada pelo governo da Frente Ampla burguesa de Lula/Alckmin. Ambos os governos aplicam a mesma diretriz do capital financeiro que, diante da crise



cada vez mais aguda do capital, impõe a quebra do monopólio que o estado tem sobre os serviços essenciais, como a educação, saúde, segurança, saneamento básico e os transportes, como no caso do metrô e das linhas férreas, para os entregar à exploração privada. É importante citar aqui o exemplo do metrô de Belo Horizonte, que pertencia ao governo federal e foi privatizado no apagar das luzes do governo Bolsonaro, em dezembro de 2022. Diante dos ataques ao acordo coletivo, no qual a empresa reduziu drasticamente os direitos dos trabalhadores, as direções, ao invés de organizar a greve e recorrer à ação direta, arrastaram os trabalhadores por trás da falsa expectativa de que Lula revertesse a privatização, os trabalhadores fizeram uma greve de um mês, sob essa política de capitulação, para depois encerrá-la, quando perceberam que Lula nada faria.

Em várias partes do Brasil, onde a sanha do capital pelo lucro impôs as privatizações dos serviços públicos, as consequências não demoraram para surgir. Não existe mágica para se obter lucro, as empresas reduzem os gastos com o pessoal, demitindo os trabalhadores, ou impondo contratos precarizados, diminuem as manutenções dos equipamentos, diminuem os investimentos para a ampliação dos serviços, cortando gastos de forma indiscriminada, não demorando em surgir inúmeros problemas que afetam diretamente os usuários. O exemplo mais próximo é o da ENEL que, em São Paulo, deixou mais de 2 milhões de pessoas sem energia e água por 6 dias, em alguns bairros até mais. A empresa demitiu 2 de cada 3 trabalhadores, cortou os gastos com a manutenção e prevenção nas situações de podas de árvores, dos ventos e da sobrecarga pelo uso maior nos dias mais quentes. Temos ainda o caso do apagão do Ampá, o mais longo da história do país, com 22 dias sem energia. O apagão não se deu pela falta de energia, mas pela explosão de um gerador, seguido de incêndio, fruto de um sucateamento de 10 anos de privatização. Outro exemplo das mazelas da privatização foi o da Cedae, Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro. Sua privatização se deu em abril de 2021, depois de uma posição do STF que derrubou a decisão da justiça do trabalho do Rio

de Janeiro que impedia a privatização. A empresa Saabe Participações, que arrematou o principal lote, prometeu universalizar o acesso, fazendo investimentos no setor. Até hoje, os cariocas estão à espera das melhorias, mas o que viram foi a demissão de grande parte da mão-de-obra especializada, e uma redução do piso salarial na ordem de 150%, segundo o vice-presidente do sindicato do setor, Paulo Sérgio Farias. Hoje, os trabalhadores têm um piso salarial de pouco mais de um salário mínimo. A privatização significou demissão, rebaixamento extremo dos salários e péssimas condições de trabalho. Um último exemplo de quão perigoso é o processo de privatização é o caso da Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, com duas históricas tragédias, uma em 2015, em Mariana, e outra em 2019, em Brumadinho. A Vale foi vendida em 1997, no governo de FHC, e se auto pagou um ano depois. As tragédias demoraram um pouco mais, 18 anos, a contar a partir da primeira das duas. Matando quase 300 pessoas, destruindo um rio e atingindo 26 cidades.

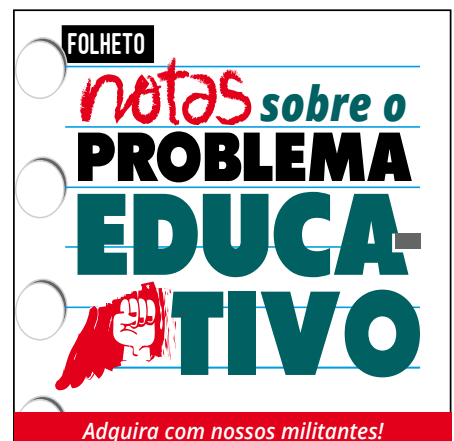
Todos esses exemplos são importantes para primeiro, mostrar que as privatizações estão a serviço dos lucros da classe dominante que controla o capital. Elas trazem ao conjunto dos explorados o desemprego, rebaixamento salarial e a diminuição da qualidade dos serviços prestados à maioria da população, paralelamente ao aumento das tarifas. Segundo, também é importante para mostrar que a política de conciliação de classes, imposta pelas direções dos sindicatos, movimentos e centrais sindicais, contribui para que os capitalistas e governos avancem no processo de privatização. Quando escrevemos esta nota,, estava por acontecer a greve do funcionalismo, no dia 28 de novembro, e praticamente não existem comandos nas unidades de trabalho. Ao que tudo indica, a greve poderá até ter impactos, por conta dos metroviários e maquinistas dos trens, mas com relação à Sabesp e à educação, os impactos serão pequenos, pois, as burocracias sindicais não têm jogado peso no movimento. A data foi tirada por uma cúpula das direções sem assembleias nas categorias, que foram convocadas depois, para aprovar o que foi decidido nas cúpulas sem participação das bases. Só isso já enfraquece a pos-

sibilidade de o movimento ser grande e se impor contra o governo. Sem as assembleias construídas pelas bases dos trabalhadores, e com elas tirar de fato um calendário que não seja o de pressão parlamentar, mas de uma greve geral de todos os setores por tempo indeterminado, de forma radicalizada, os governos e a burguesia vão impor seus interesses e aprovar as privatizações.

A Assembleia Legislativa, já se transformou no cenário das derrotas do funcionalismo paulista. Para lá, fomos arrastados pela direção em 2019, quando o governo Dória sitiou o prédio com a tropa de choque e nos impôs a reforma da Previdência; para lá, fomos arrastados em 2021, quando da imposição da reforma administrativa, que piorou absurdamente as nossas condições de trabalho; para lá, fomos arrastados em 2022, quando da imposição da “nova carreira”; mais uma vez, a direção para lá nos arrasta, para mais esse golpe às nossas condições de vida.

Está claro que, com essas direções governistas e traidoras, não será possível construir uma luta unitária que seja capaz de quebrar o avanço dos governos contra as privatizações e as terceirizações. O dilema do momento é construir uma Oposição Revolucionária no interior dos diferentes sindicatos, que seja capaz de expressar as necessidades dos explorados com independência de classes. ●

Erguer as lutas pelas bases com as assembleias nos diferentes setores, para agitar a greve do dia 28, contra Tarcísio e suas privatizações!



Unificar os explorados sob o método e a política proletária de enfrentamento aos governos e aos capitalistas

É preciso unificar população, trabalhadores e a classe operária contra o conjunto de ataques!

Manifesto de 28 de novembro de 2023

ATAQUES VINDOS DE TODOS OS LADOS

A queda na energia por vários dias, que afetou mais de 2 milhões de moradores em São Paulo, em 03 de novembro, foi só um dos exemplos das consequências da privatização dos serviços públicos. Ao longo do mês, mais quedas e mais falta de luz nas casas. Seja por causa das fortes chuvas ou das ondas de calor, a empresa, a ENEL, se desresponsabilizou diante da situação. O governo do estado mais rico do país apenas lamentou os prejuízos e manteve seu discurso privatista, confirmando que ainda pretende privatizar 100% da SABESP e das linhas do Metrô e da CPTM, que cobrem Capital e Grande São Paulo. Seu objetivo é vender as empresas públicas para o benefício de setores capitalistas. Saquear, portanto, o patrimônio do conjunto da população assalariada. A revolta nos bairros foi visível nos jornais de toda a mídia.

trado sua oposição contra a medida, que sucateará ainda mais as escolas, mantendo a superexploração do trabalho no magistério.

O proletariado paulista também sofreu ataques no último período. A partir do dia 21 de outubro, a GM enviou telegramas demitindo 1.200 operários, de três de suas fábricas no estado (SJC, Mogi das Cruzes e São Caetano). Como em outros setores da indústria, a demissão de um setor das montadoras significa a demissão em vários outros ramos que a ele estão ligados. No caso do fechamento da Ford, em 2021, cerca de 100 mil empregos diretos e indiretos foram destruídos. O ataque na GM teve como resposta imediata a greve operária.

A RESPOSTA IMEDIATA. A RESPOSTAS DAS BUROCRACIAS SINDICAIS E A RESPOSTA PROLETÁRIA PARA COMBATER OS ATAQUES

Os três problemas acima apresentados têm sido vividos na pele

apresentado, sem se tocar na questão fundamental: como os capitalistas dirigem a política e a economia do estado e do país, e atuam sempre em benefício próprio, seja ao sucatear serviços (no caso da energia, pela empresa privatizada ENEL), seja ao propor a privatização de novos serviços (transporte e saneamento, mesmo que estes sejam muito lucrativos para o estado), ou ao impor redução de verbas para os direitos e serviços sociais (redução do orçamento para a educação estadual).

O governo Tarcísio de Freitas não atua assim porque é “fascista” ou de “ultradireita”, ainda que possa ter traços mais autoritários que outros governos. Ele age assim porque assim impõem os capitalistas, do país e do grande capital internacional. E isso tem ocorrido em todo o Brasil, seja com governos de “esquerda” ou de “direita”.

As burocracias que dirigem os sindicatos e os movimentos sociais não se apoiam na revolta instintiva da população, dos assalariados ou da classe operária. Em vez de se apoiarem nos atos de rua, nas paralisações regulares do trabalho e na organização de um greve geral no estado de SP para barrar as investidas do governo e das empresas capitalistas (seja de uma ENEL ou de uma GM), desviam esse impulso de luta para a “pressão parlamentar” (como se os deputados da ALESP fossem mais “sensíveis” às demandas populares que o Executivo), e para negociar com o governo e os patrões a traição das reivindicações.

Quanto às privatizações, mantém-se a campanha do “plebiscito”, de consulta à população. Algo que até o governo cogita realizar. Nesse momento, de indignação dos assalariados, era fundamental erguer a

Nesse momento, de indignação dos assalariados, era fundamental erguer a luta nas ruas para barrar a política privatista. O “plebiscito” distrai e engana, ao prometer o que não pode realizar: suspender essa política dos capitalistas e do governo estadual.

Ao mesmo tempo que busca aumentar a privatização, que atingirá todos os moradores do estado, o governo também quer diminuir os recursos para a educação estadual: de 30% para 25% (o mínimo constitucional). Esse ataque contra a educação pública estadual é parte do conjunto de ataques que pretende realizar contra os serviços públicos em geral, e contra o funcionalismo paulista. Na ALESP, A PEC tramita desde março deste ano. Sindicatos e movimento de professores estaduais têm mos-

pela maioria explorada e oprimida do estado de São Paulo. Diante dos ataques, a população, os assalariados e o funcionalismo, bem como a classe operária metalúrgica, utiliza os métodos que têm à mão imediatamente: sai às ruas, denuncia os prejuízos econômicos e sociais, paralisa as atividades do trabalho, e chega mesmo à greve. Estas são respostas instintivas e massivas que, mesmo a grande mídia não pode ocultar. São buscados “culpa-

luta nas ruas para barrar a política privatista. O “plebiscito” distrai e engana, ao prometer o que não pode realizar: suspender essa política dos capitalistas e do governo estadual.

Em relação à PEC que pretende tirar recursos da educação, o maior sindicato da categoria, a APEOESP, tem chamado a pressionar os deputados, realizando, inclusive, pequeníssimos atos na frente da ALESP. O sindicato, que tem uma base de mais duzentos mil trabalhadores, que tem uma infraestrutura gigantesca e já realizou as maiores mobilizações do estado nas últimas duas décadas, quer apenas “negociar” com o governo, e não enterrar essa política que ataca os serviços públicos e o funcionalismo. Impedir que se diminuam as verbas para educação, que se efetivem imediatamente

os professores contratados, que se reconquistem os direitos já retirados com a reforma administrativa de Dória, depende de paralisação das aulas, de luta nas grandes avenidas, de greve do setor.

As demissões na GM não serão resolvidas sem a greve operária, sem a ocupação das fábricas, sem a luta nas ruas. As direções sindicais apenas conseguiram que se discuta o PDV, que vai levar apenas ao adiamento da greve imediata pela greve daqui a poucos meses. Traíram os operários que já haviam saído em greve, e se recolheram com a “readmissão”, proposta pelo Tribunal do Trabalho, e subordinada às negociações de demissões voluntárias.

Vemos que os problemas são gerais e permitiriam uma unificação de todos os setores em luta, atacados imediatamente. A ação geral

dos assalariados poderia permitir grandes mobilizações de ruas nas principais cidades e uma greve geral, de assalariados, do funcionalismo e da classe operária. Esses métodos e ação unificada é o que realmente pode colocar o governo Tarcísio de Freitas e os capitalistas contra a parede!

Este ato do dia 28 poderia ser um ponto de partida para a unidade na luta. Mas as direções pretendem usá-lo como uma válvula de escape para a insatisfação geral das bases, limitando a luta a um único protesto. É preciso exigir as assembleias gerais de base, livres e democráticas, em todos os setores afetados, para organizar a luta unitária a partir das reivindicações, contra o governo e os capitalistas, nas ruas, com greves, bloqueios e ocupações, até o atendimento das reivindicações! ●

Greve do Funcionalismo de São Paulo contra as privatizações

No dia 28 de novembro, ocorreu em São Paulo a Greve dos metroviários, Sabesp, CPTM e Fundação Casa e professores. A greve acontece como forma de lutar contra as privatizações dessas empresas, pela reintegração dos funcionários demitidos na última greve em outubro e contra o corte de verbas para a educação.

Às 15h, teve início um ato público na Assembleia Legislativa, chamado pelas direções sindicais. O ato contou com os grevistas que denunciaram a pressão do governo com ameaças de mais demissões. Os trabalhadores da CPTM também denunciaram ameaças do governo contra a greve. As ameaças do governo são parte da pressão burguesa contra os explorados e seus

métodos de organização. A justiça burguesa impôs a necessidade de funcionamento com 80% dos trabalhadores nos horários de pico (6h às 9h e 16h às 19h). Além das imposições, o sindicato dos metroviários também sofreu a pressão de ter de pagar uma multa de R\$ 700 mil por dia, caso não acatasse a “decisão”. Na Sabesp, a justiça burguesa impôs o funcionamento a um contingente de 70%, ligados à prestação de serviços essenciais de saneamento, tratamento e abastecimento de água, sob multa diária de R\$ 30 mil, em caso de descumprimento. Os metroviários não se subordinaram à ação contra a greve, diferentemente da direção do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo).

De 2013 a 2023, os metroviários fizeram ao todo 11 greves. Só este ano, já foram 3 (uma em março, outra em outubro, e essa última em 28 de novembro) contra o governo de Tarcísio de Freitas/Republicanos, que tenta privatizar o restante das linhas do Metrô e CPTM.

Tarcísio objetiva concluir o processo de privatizações até 2025, quando pretende se candidatar a presidente, levando entre seus “feitos” a privatização e destruição dos serviços públicos. Esse objetivo corresponde aos interesses dos monopólios e do capital financeiro, que objetivam saquear o patrimônio público, preservando e ampliando seus lucros parasitários, à custa de aumentar a precarização trabalhista e com o monopólio das tarifas dos serviços.

OS IMPACTOS DA GREVE

A greve afetou todas as 9 linhas, mesmo as linhas privadas (4 Amarela, 5 Lilás, 8 Diamante e 9 Esmeralda) funcionaram impactadas pelas que pararam totalmente ou parcialmente. Para diminuir os impactos, a Prefeitura colocou um reforço nos ônibus, e suspendeu o rodízio de carros. O governo do estado decretou ponto facultativo, e desta vez, exigiu que o magistério trabalhasse, diferente da última de 3 de outubro, onde os professores da grande São Paulo e das regiões metropolitanas ficaram em casa. O governo agiu de forma sorrateira com esses trabalhadores, para enfraquecer a greve.

Segundo a Associação Comercial de São Paulo, a greve causou um prejuízo de aproximadamente

R\$ 60 milhões, sobretudo ao comércio. O governo deixou de arrecadar, com o metrô e os trens, aproximadamente R\$ 10,8 milhões em tarifas. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego, a lentidão foi de 630 km. O número, apesar de ser considerado alto, é menor que o da terça-feira anterior, 21/11, pós-feriado, mais de 700 km. Os números do trânsito mostram que as ações do governo em decretar ponto facultativo ajudou a diminuir o congestionamento, que poderia ser ainda maior.

O PAPEL OPORTUNISTA DA DIREÇÃO DA APEOESP E DO SINPEEM

A posição da direção da Apeoesp foi a mais oportunista de todas, colocou para a categoria, nos seus Informes Urgentes, que no dia 28 haveria greve do funcionalismo público contra as privatizações e contra os cortes de verbas de Tarcísio. Não quiseram ficar de fora da oportunidade de fazer da greve um palanque político para a segunda presidente do sindicato, Maria Isabel, e demais deputados do PT e PSOL, que compõem a Frente Parlamentar que “defende” o funcionalismo na ALESP. Como o interesse era apenas propagandístico de seus mandatos, não se importando com os trabalhadores, a burocracia não fez qualquer esforço para a categoria aderir à greve, praticamente não existiu comando nas escolas para mobilizar os professores. Nem o conjunto da própria direção compareceu ao ato, enfraquecendo também a participação dos professores. As escolas

funcionaram normalmente, como se não houvesse greve.

Com a direção do SINPEEM, não foi diferente, convocou quase na véspera uma “paralisação individual” da categoria, sem mover um dedo para convocar e organizar uma assembleia para que as bases decidissem como paralisar as escolas e intervir nas manifestações com um programa de defesa dos serviços públicos e de combate ao privatismo na educação. As burocracias sindicais impõem aos trabalhadores o “acordão” de cúpula entre as direções burocráticas, para anular a democracia operária e impedir os trabalhadores de lutar com seus próprios métodos, para derrotar o privatismo de Tarcísio e Nunes.

Claudio Fonseca/PCdoB ainda fez demagogia com os trabalhadores da rede municipal, chamando para uma manifestação anterior na Secretaria Municipal de Educação (SME), para protestar contra a ampliação do Programa São Paulo Integral, que está regulamentado pela Instrução Normativa nº24/2023, e que já impôs a várias escolas o SPI, sem que o sindicato organizasse uma luta coletiva. Diante deste quadro, sem nenhuma mobilização da categoria de fato, tanto as escolas da rede estadual quanto municipal funcionaram normalmente.

Tirando as falas dos grevistas que denunciavam as perseguições à greve, todos fizeram falas contra as privatizações, descolando-as da crise do capitalismo, e como quem varre a poeira para debaixo



do tapete. Ninguém, a não ser nós, criticou os cortes das verbas do governo burguês de Frente Ampla Lula/Alckmin ou mesmo do Arcabouço fiscal. Em várias falas, incluindo a de Eduardo Suplicy, foi colocado que o governo estadual deve fazer um plebiscito para consultas à população de se querem ou não a privatização da Sabesp. Essa proposta é absurda, porque ignora completamente que o estado é o balcão de negócios da burguesia, ou que o governo vá seguir a vontade da população, e não dos empresários. Além disso, a proposta pode ser um tiro no pé, visto que uma parcela da classe média, sobretudo a bolsonarista, pode arrastar uma parcela dos explorados a defenderem a privatização. O oportunismo das direções é escancarado. A maioria das falas elogiou os parlamentares que são contra as privatizações.

NOSSA ATUAÇÃO

A Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI compareceu com o seu boletim e uma fala, conseguida depois de insistir diversas vezes, exigindo-a da burocracia, que

Deixamos claro que a pressão no parlamento não conseguirá barrar tamanho ataque, que somente a organização das lutas, com assembleias por setores, numa trajetória para construir a greve geral, será possível impedir o avanço do governo.

afirmava que somente as entidades falariam. Depois de esperarmos por mais de uma hora, a fala nos foi concedida, já no final do ato esvaziado.

Colocamos que as direções das centrais e sindicatos deveriam unificar as lutas nacionalmente contra os governos, que seguem a diretriz do imperialismo, o qual, em crise, impõe as privatizações e os cortes das verbas públicas para o pagamento das dívidas públicas. Deixamos claro que a pressão no parlamento não conseguirá barrar tamanho ataque, que somente a organização das lutas, com assem-

bleias por setores, numa trajetória para construir a greve geral, será possível impedir o avanço do governo. Mostramos que Tarcísio segue a mesma lógica do Governo Lula que, com o arcabouço fiscal e com os cortes de verbas da educação e saúde, continua a aplicar o peso da crise so-

bre os explorados.

Portanto, defendemos a luta unitária e radicalizada de todo o funcionalismo, sob um plano comum de reivindicações, desenvolvendo a luta coletiva para derrotar o privatismo. Somente avançaremos, se passamos por cima da unidade burocrática que pre-

tende desviar e conter as lutas dentro do quadro das manobras parlamentares, e servir ao objetivo de desgastar o governo Tarcísio, visando a projetar as candidaturas do PT e aliados para o próximo ano.

Somente os trabalhadores do funcionalismo e o conjunto da população

assalariada podem assumir, com suas próprias mãos e métodos de luta, a defesa do caráter público e estatal dos serviços essenciais. Somente uma greve unificada, sob controle das bases e seus organismos próprios, poderá impor ao governo a retirada dos projetos privatizantes. ●

| 22/12 - ASSEMBLEIA DE METROVIÁRIOS

Direção de metroviários/SP rejeita radicalizar a luta contra as privatizações, votando pelas manobras eleitorais

A assembleia dos metroviários (23/11) impôs a decisão das direções sindicais, de restringir o dia 28/11 a um comício na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). A minoria da diretoria defendeu: a) convocatória da nova assembleia no mesmo dia 28, para avaliar a continuidade da greve, e b) que se aprovasse um comando de greve votado pela base, para estar à frente da paralisação. A maioria da diretoria se colocou contra. Disseram que, se uma assembleia de metroviários decidisse continuar a greve, e se formasse de um comando de greve que chegasse aprovar a continuidade do movimento, se “quebraria” a unidade alcançada pelas direções. Sob pressão dessa manobra, a assembleia aprovou por maioria a proposta da direção para o dia 28/11.

No mesmo dia, se fez a apresentação do “desafio” ao governador, de que realize um “plesbício oficial”, para saber se a população é a favor ou contra as privatizações. Para CSP-Conlutas, esse plebiscito popular, organizado pelos sindicatos, demonstrou que “a vontade do povo” deve ser cumprida. Entretanto, a Alesp já aprovou em comissões a privatização da Sabesp. No dia 28, seria avaliada pelo plenário (PT e PSOL apresentaram emendas ao projeto e acordaram o adiamento da votação para 04/12). No caso da CPTM, o projeto de lei de privatização da linha 7 será tratado em 29 de fevereiro de 2024. Até 2025, Tarcísio objetiva concluir o processo

de privatizações. Esse objetivo corresponde aos interesses dos monopólios e do capital financeiro, que objetivam saquear o patrimônio público. É por intermédio da Alesp que esses interesses se manifestam, como a aprovação do projeto de lei privatista.

O objetivo das direções sindicais (reformistas e centristas) é o de desgastar o governo Tarcísio, visando a projetar a candidatura do PT e de aliados para o próximo ano. A discussão no plenário do projeto de lei da privatização da Sabesp serviu de palco para “desafiar” o governo para que se liberassem as catracas de trens e metrô. Se obtivessem essa permissão do governo, não haveria greve de fato, pois os trabalhadores iriam movimentar os trens e estações. Pretendiam assim “ganhar” o apoio da população, sem entrar em choque com aqueles que irão trabalhar sob a pressão do patronato e da urgência de levar comida à mesa, em vez de dar a luta política ao convocá-las a defender, junto dos trabalhadores em greve, a paralisação da economia até derrotar as privatizações. Está aí a explicação de por que a greve com paralisação dos serviços no dia 03/11, que foi imposta sob pressão das tendências de luta das bases, acabou definindo em uma paralisação simbólica no dia 28/11 (mais de um mês depois!) sem paralisação, imposta pelas direções burocráticas.

Os pretensos “revolucionários” do PSTU se submeteram a essa política

parlamentarista e traidora dos reais interesses da população e dos trabalhadores. Na assembleia dos metroviários, Altino falou pela CSP-Conlutas, e defendeu junto dos burocratas que a assembleia deveria rejeitar qualquer possibilidade de continuidade da greve, com a defesa da formação de um comando de greve para preservar a unidade das direções.

Somente os trabalhadores metroviários e o conjunto da população assalariada, que dependem dos serviços ameaçados de privatização, podem assumir com suas próprias mãos e métodos de luta a defesa do caráter público e estatal dos serviços públicos essenciais. Somente uma greve unificada, sob controle das bases e seus organismos próprios, poderá impor ao governo a retirada dos projetos privatizantes. Inevitavelmente, as bases terão de passar por cima da unidade burocrática para impor seus interesses com a força da ação coletiva, derrotando seus inimigos de classe e a ofensiva privatizante. ●

FOLHETO

Choques entre Estados IMPERIALISTAS e OPERÁRIOS

Novembro de 2023

Adquirir com nossos militantes!

Pelo FIM dos ASSASSINATOS dos NEGROS nas periferias! FIM da Polícia Militar!

Das instituições da burguesia não sairá o atendimento das nossas reivindicações! Tomar a solução dos problemas nas próprias mãos, com os métodos a luta de classes! Pela Real Independência de classe em relação a todos os governos da burguesia! Organizar e mobilizar a maioria nacional negra e demais explorados para fazer a Revolução Proletária!

A elevada mortalidade pelas mãos da repressão policial sobre os negros, 2 entre cada 3 mortos pela PM em São Paulo, é o elemento mais grave da violência geral que o Estado e a classe dominante, a burguesia, despejam sobre a maioria da população assalariada, que é negra no Brasil. Os capitalistas e seus governos respondem ao agravamento da crise mundial do capitalismo com a direitização, a maior ofensiva repressiva em toda linha, que recai invariavelmente sobre a maioria negra e pobre do país. Crescem os ataques às cotas raciais, em que os autodeclarados negros são submetidos a exames de critérios duvidosos para confirmar sua cor, e muitos são expulsos de concursos públicos e empregos por conta disso. Ao mesmo tempo, os indígenas também sofrem com a direitização da burguesia e de suas instituições: o Marco Temporal, que inocenta as ocupações econômicas de terras indígenas, e admite até a expulsão de indígenas para outras áreas, é mais um sintoma do aumento da opressão burguesa. O projeto que leva ao fim do casamento homoafetivo, que está em andamento na Câmara dos Deputados, é mais uma expressão dessa direitização geral da burguesia e maior ofensiva repressiva a partir de seu Estado.

Os salários diferenciados, as contratações por seleção de cor, os empregos de menores salários em geral, a intimidação seletiva nas ruas, os tratamentos diferenciados em todos os locais públicos, os ataques de governos aos centros culturais, religiosos, artísticos e educativos de matriz africana, os ataques racistas nas redes sociais, os despejos de moradores de ocupações (na maioria, de negros), o aumento e a repressão aos cada vez em maior número de mo-

radadores de rua, os ataques à educação, saúde e demais direitos, formam um quadro geral de maior discriminação e opressão sobre a maioria negra.

A opressão racial é mais uma manifestação da opressão de classe, assim como são as opressões sobre a mulher, sobre o indígena, sobre o homossexual, nacional, etc. A base econômica, política e social de todas as formas de discriminação e opressão é a opressão de classe. O socialismo científico provou há mais de um século que é necessário criar as bases materiais para acabar de vez com todas as opressões, e essa base é a revolução socialista, o fim da propriedade privada dos grandes meios de produção social.

Essas formas de violência reacionária da burguesia deveriam levar a que se levantassem as reivindicações das massas para defendê-las com uma luta unitária, nacional, erguida contra os capitalistas e seus governos, por meio da luta de classes. A experiência mostra que não há nada que esperar das instituições da democracia burguesa decadente, cada vez mais estreita e manejada por uma classe dominante cada vez mais reacionária, direitista, repressiva. Mostra que os oprimidos devem tomar a resolução de seus problemas pelas suas próprias mãos, com seus métodos próprios de luta e com total independência de classe em relação aos exploradores, seus partidos, governos e instituições.

A opressão racial é mais uma manifestação da opressão de classe, assim como são as opressões sobre a mulher, sobre o indígena, sobre o homossexual, nacional, etc. A base econômica, política e social de todas as formas de discriminação e opressão é a opressão de classe. O socialismo científico provou há mais de um século que é necessário criar as bases materiais para acabar de vez com todas as opressões, e essa base é a revolução socialista, o fim da propriedade privada dos grandes meios de produção social. A revolução não acaba automaticamente com as opressões, mas cria as bases materiais para terminar com elas.

Assim como lutamos contra o confisco salarial e de direitos, assim como lutamos em defesa do emprego, também combatemos imediatamente e o tempo todo as opressões. A organização das massas ao redor das reivindicações que as defendem das manifestações da opressão de classe permite dar passos concretos em direção à revolução proletária, desde que por meio de seus métodos próprios de luta e com total independência de classe.

Lenin, em "O que fazer?", já apontava para a necessidade de trabalhar sistematicamente na defesa das reivindicações que expressam as variadas manifestações da opressão de classe:

"Não basta explicar a opressão política de que são objeto os operários (tal como não bastava explicar-lhes o antagonismo entre os seus interesses e os dos patrões). É necessário fazer agitação a propósito de cada manifestação concreta desta opressão (como começamos a fazer para as manifestações concretas de opressão econômica). E uma vez que as mais diversas classes da sociedade são vítimas desta opressão,

O culturalismo rompe com a ação coletiva das massas e foca no individualismo e corporativismo. Onde cada grupo ou setor oprimido busca resolver isoladamente seus problemas, tidos como separados dos problemas e da opressão aos demais.

uma vez que se manifesta nos mais diferentes aspectos da vida e da atividade sindical, cívica, pessoal, familiar, religiosa, científica, etc., não é evidente que **não cumprimos a nossa missão de desenvolver a consciência política dos operários se não nos comprometemos a organizar uma campanha de denúncias políticas da autocracia em todos os aspectos?**" (negritos do autor, sublinhados nossos).

Hoje, a maioria das correntes de esquerda abandonou completamente as bases históricas, teóricas e fundamentadas do socialismo científico, para combater as opressões. O culturalismo burguês, que nasceu no século XIX justamente para combater o marxismo, foi completamente assimilado por essas esquerdas. Essa tendência acadêmica burguesa afirma que as opressões sociais não são de classe, embora possam ter uma base nela. Afirma que as opressões estão assentadas no campo da cultura. Que, portanto, seria possível acabar ou reduzir bastante as opressões no interior do modo de produção capitalista, por meio da educação e da legislação/repressão, sem tocar nas suas bases econômicas. Utilizando como meio para isso a intervenção no interior da democracia burguesa decadente, elegendo governos comprometidos com a causa, votando em parlamentares para que modifiquem as leis, pressionando os parlamentos a votarem leis favoráveis, mudando a educação para que ela transformasse as consciências, elegendo candidatos negros, indígenas etc., e reivindicando do Estado, fonte da maior parte da violência social, que reprimia aqueles que violam as condutas legisladas. O culturalismo rompe com a ação coletiva das massas e foca no

individualismo e corporativismo. Onde cada grupo ou setor oprimido busca resolver isoladamente seus problemas, tidos como separados dos problemas e da opressão aos demais.

Esse culturalismo tem por tática central a eleição de governos e parlamentares. Utilizam as denúncias contra a violência racial para construir uma base de votos para as eleições e, em particular, a formação de uma bancada própria. Essa tática está ligada ao objetivo estratégico de alcançar um governo democrático burguês eleito e comprometido com as políticas públicas que atenuem o racismo, as discriminações e demais opressões. Por isso, não se empenham em organizar a defesa das reivindicações por meio da luta de classes. As denúncias que fazem dos governos burgueses direitistas e dos ataques reacionários e racistas são usados como meio de desgaste e disputa eleitoral com os atuais governantes, apontando a necessidade de sua substituição como meio de solução dos problemas. Ou seja, enganando as massas em benefício de suas carreiras eleitorais. É preciso dizer que, sob o capitalismo em decomposição, não haverá um governo burguês sequer progressista, não haverá um parlamento que expresse a maioria nacional oprimida, nem as minorias, será expressão da burguesia cada vez mais reacionária, necessariamente.

Defendemos outra estratégia política, e por isso outra tática. Defendemos a destruição revolucionária dos governos, partidos e instituições da burguesia. O fim da propriedade privada dos grandes meios de produção social. O controle soberano dos explorados sobre a economia e política, por meio de suas organizações próprias. Isso é a revolução proletária, que vai dar início ao caminho ao socialismo. A tática que é consequente com esse objetivo é a mobilização permanente das massas por suas reivindicações, em choque com a classe dominante e seus governos. Por isso, defendemos a unidade na luta e um programa de reivindicações em defesa das condições de vida e trabalho, a única forma de alcançar a força necessária para derrotar a burguesia e seus governos, seu Estado repressivo. Tomamos toda e cada uma das reivindicações ligadas às diversas manifestações da opressão de classe como meios de

unificação, da unidade mais coletiva e geral possível, na luta contra a burguesia e seus governos.

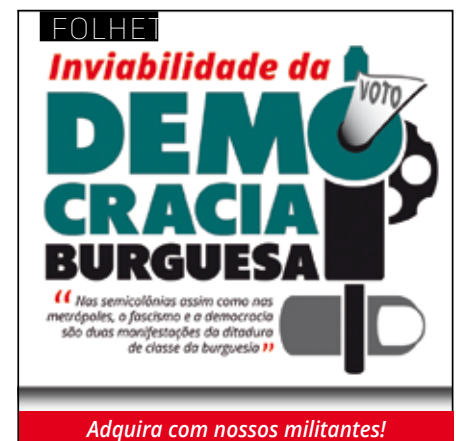
A partir dessa posição, retomamos o primeiro problema apresentado neste manifesto: o assassinato massivo do povo negro nas periferias, pelas polícias, cães de guarda da burguesia. A natureza das polícias é a repressão, é defender a propriedade burguesa e reprimir as manifestações da luta de classes que se encaminham instintivamente a combatê-la e destruí-la, elas são o braço armado do Estado, que é o meio da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Defendemos o fim da polícia militar, criada pela ditadura militar para reprimir os movimentos. Mas sabemos que as demais polícias também cumprem o papel de braço armado do Estado. Desse Estado, não virá o fim da violência racista e dos assassinatos. Nem dos governos e parlamentos burgueses. A violência racista a combatemos com os métodos da luta de classes. Em unidade de todos os explorados. ●

Pelo fim do assassinato da população negra nas periferias!

Pelo fim da discriminação racial e de todas as demais discriminações!

Pelo pleno emprego e educação a todos! Por um salário mínimo vital calculado nas assembleias!

Pelo total direito e respeito à diversas manifestações e organizações de origem africana!



Apoio incondicional aos palestinos contra o estado sionista de Israel e o imperialismo estadunidense!

*Organizar em toda parte, em todos os países, campanhas pela
derrota militar de Israel e dos EUA! Pelo Fim do Estado de Israel,
enclave do imperialismo ianque na região! A revolução proletária
na Palestina e Oriente Médio a libertará da opressão sionista!*

Manifesto publicado no dia 18 de novembro de 2023



O cerco e a ocupação militar do Hospital Al-Shifa, em Gaza, evidenciou o genocídio que o estado sionista, apoiado pelos EUA, promove sobre a nação palestina. Como já ouvimos antes em outras guerras promovidas pelos EUA, os genocidas formularam o pretexto de que haveria uma base militar do Hamas embaixo do hospital. Depois de assassinar muitos funcionários e pacientes, não provaram nada. Foi mais uma narrativa do governo sionista, dentre muitas, oposta aos fatos. De qualquer forma, expulsaram quase todos das instalações. E “encontraram” um carro cheio de armas a cem metros do Al-Shifa.

O sionismo executa em Gaza uma operação que consiste na tomada de territórios, considerados vitais para Israel; no extermínio de boa parte da população desses mesmos territórios; no êxodo forçado da população desses territórios para outro lugar, onde também são exterminados,

como já vem fazendo sistematicamente desde a instalação artificial do Estado sionista, em 1948. A identidade de métodos e explicações ideológicas com as ações do nazismo na 2ª Guerra Mundial não é mera coincidência. Um pretensão colonialismo à base do genocídio tem por trás, hoje, não a Alemanha, mas outro imperialismo, o dos EUA, que tem no Estado de Israel um enclave seu na região. É por isso que o governo Biden, contrariamente às decisões e acordos ao redor do orçamento no parlamento de seu país, fornece dezenas de toneladas de armas a Israel a cada semana. E tem buscado impor sua resolução de “direito de defesa de Israel e nenhuma trégua” a países de forma particular, isolada, em viagens de seu Secretário de Estado a vários países.

A chamada “solução dos dois estados”, defendida pela ONU e até por correntes de “esquerda”, não levará ao fim da opressão sobre os palestinos. Sob o capitalismo, a relação en-

tre dois estados só pode ser de opressão de um sobre o outro, daquele de maior desenvolvimento das forças produtivas sobre aquele que é mais atrasado. A libertação dos palestinos depende do fim do estado sionista de Israel e constituição do estado Palestino. Qualquer tentativa de reestabelecimento de um “outro estado” judeu, sob o capitalismo, resultará em mais um enclave do imperialismo na região. Os judeus que foram levados a habitar a região somente poderão realizar a autodeterminação sob o estado operário, de transição ao socialismo.

Enquanto os EUA atuam militarmente na região, com seus porta-aviões, navios, aviões e drones, atacando bases no Líbano e na Síria, os países mais próximos da Palestina, como Líbano, Irã e Síria, receberam mensagens explícitas dos governos da Rússia e da China para não interferirem no genocídio em Gaza. A situação mundial coloca, de um lado,

os Estados Unidos, que buscam ampliar as frentes de guerra, em busca da destruição em larga escala de forças produtivas, como meio para a sua retomada produtiva, para sair da pequenez de 15% da produção mundial, em queda; e de outro, as economias dos estados operários degenerados, China e Rússia, onde ainda persiste o controle estatal dos principais ramos da produção, finanças e comércio exterior, que estão em crescimento e as suas burocracias não têm interesse em novas frentes de guerra. A posição “pacifista” desses países mostra o caráter contrarrevolucionário das burocracias que os governam, e a necessidade histórica da defesa da Revolução Política, abandonada pelas esquerdas em geral. O internacionalismo proletário obriga a defender qualquer nação oprimida contra as garras do imperialismo, em todas as partes. Não importa o caráter político de seus governos ou organizações.

As sucessivas e gigantescas manifestações de massa na Inglaterra, que alcançaram 800 mil nas ruas, e as greves operárias organizadas em portos europeus (Espanha e Bélgica) para evitar o envio de insumos para Israel, mostram o caminho para barrar o genocídio. Nos países imperialistas, é preciso desenvolver o derrotismo revolucionário, que é o de organizar as massas para impor a derrota de seu país, de seu governo, em relação à nação oprimida.

No Brasil, há negócios de sionistas que devem ser atacados, por greves e ocupações, acordos de todo tipo entre os governos, inclusive de repressão policial, que devem ser rompidos. As relações diplomáticas devem ser rompidas, por causa do genocídio promovido sobre os palestinos, e também porque o embaixador de Israel se reuniu com Bolsonaro e se insinuou sua participação na liberação dos reféns brasileiros, mantidos arbitrariamente em Gaza pelo sionismo para usá-los como barganha na imposição ao Brasil do apoio incondicional aos sionistas.



As sucessivas e gigantescas manifestações de massa na Inglaterra, que alcançaram 800 mil nas ruas, e as greves operárias organizadas em portos europeus (Espanha e Bélgica) para evitar o envio de insumos para Israel, mostram o caminho para barrar o genocídio. Nos países imperialistas, é preciso desenvolver o derrotismo revolucionário, que é o de organizar as massas para impor a derrota de seu país, de seu governo, em relação à nação oprimida.

Os explorados no Brasil não puderam ainda atuar de forma mais organizada, porque as direções das organizações de massa, na maioria esmagadora governistas, não pretendem incomodar Lula/Alckmin com movimentos massivos. Não têm uma posição clara de apoio incondicional aos palestinos, inclusive ficar ao lado do Hamas contra o sionismo e o imperialismo. Há todo tipo de pretextos para não agir intensivamente em favor dos palestinos. Uns dizem que tanto o Hamas quanto Israel são terroristas, desconhecendo o conteúdo de classe das formas de violência, e ficando numa posição quase que de neutralidade. Outros defendem o armamento das massas como condição para apoiar os palestinos, quando Israel tem recebido dezenas de tone-

ladas diárias de armamentos pelas mãos dos EUA para derrotar o Hamas. Há ainda os que dizem que somente quando estivermos às vésperas da revolução socialista será possível fazer alguma coisa, justificando assim sua passividade hoje.

É preciso ir às fábricas, aos portos e aeroportos, às universidades e escolas, aos acampamentos de sem-terra, às reservas indígenas, a toda parte, e defender um movimento geral de combate ao sionismo, ao imperialismo e aos governos subalternos a ele.

A organização das massas ao redor das reivindicações e do internacionalismo proletário, com seus próprios métodos de luta e com independência de classe, é a necessidade colocada. ●

Fortalecer no mundo todo a **campanha de apoio incondicional aos palestinos!**

Pela derrota total do sionismo e do imperialismo ianque!

Manifesto publicado no dia 29 de novembro de 2023

A trégua firmada entre o estado sionista de Israel e o Hamas, que completou seis dias, com trocas de israelenses por palestinos detidos, na proporção de 1 para 3, foi uma conquista diante do sionismo genocida. Lembremos de que houve 1) apoio geral das massas oprimidas mundiais aos palestinos, contra o genocídio promovido pelo Estado de Israel; 2) apoio dos países árabes da região aos palestinos, até mesmo de aliados dos Estados Unidos; 3) crítica de organismos internacionais ao genocídio, desqualificado enquanto “direito de defesa” pretendido supostamente por Israel; 4) movimentos dos explorados para sabotar o envio de insumos militares a Israel (Bélgica, Espanha, etc.); 5) movimentos de massa destinados a alistamento de voluntários para ajudar os palestinos a combaterem Israel (Irã, Iêmen); 6) movimentos de judeus antissionistas nos Estados Unidos e em outros países, em apoio aos palestinos. Tudo isso em oposição aos discursos da mídia mundial pró-imperialista e pró-sionista, que insiste na ultrarreacionária defesa do genocídio.

A libertação dos palestinos presos revelou que entre eles havia crianças e adolescentes, além de mulheres e homens, sem nenhum tipo de formalização de julgamento, na verdade, nem mesmo de acusação. Prisões por jogar pedra em tanques, ou apenas por apoiar o Hamas estavam em pleno vigor no estado sionista, ações típicas de uma ditadura, desconhecendo até mesmo as formalidades das instituições democrático-burguesas.

Durante o bombardeio sobre a Faixa de Gaza, noticiou-se que existem reservas de minérios petrolíferos, suficientes para, em caso de exploração, fornecerem rendimentos de cerca de US\$ 580 bilhões anuais. Esse elemento desnuda



A expulsão dos palestinos de suas terras tem uma história de 75 anos. O imperialismo a promoveu, desde o fim da 2ª guerra mundial. A constituição de um enclave dos Estados Unidos na região de maior produção de petróleo mundial teve sempre como objetivo preservar militarmente o controle e a opressão imperialistas por cima dos países da região.

a ação genocida de Israel, mostrando o interesse econômico de exploração das riquezas naturais da região, à custa do genocídio do povo palestino, que vem sendo empurrado para o Sul, às centenas de milhares e sob bombardeio, numa expulsão de toda uma nacionalidade, tal qual o nazismo promoveu na 2ª guerra mundial.

A expulsão dos palestinos de suas terras tem uma história de 75 anos. O imperialismo a promoveu, desde o fim da 2ª guerra mundial. A constituição de um enclave dos Estados Unidos na região de maior produção de petróleo mundial teve sempre como objetivo preservar militarmente o controle e a opressão imperialistas por cima dos

países da região. A farsa foi montada a partir de uma falsificação de “devolução” das terras palestinas aos judeus, expulsos dali pelo Império Romano. Os dados mostram que 88,9% dos judeus estavam entre a Polônia e a URSS, até a década de 1980, a maioria restante estava nos EUA. Foi promovida pelo imperialismo uma migração artificial em massa, após já décadas de conformação de um enclave militar na Palestina. Trata-se de um estado burguês implantado de forma artificial, à custa do esmagamento da nação palestina. Por isso, não é possível haver paz entre os genocidas e os esmagados por eles. Somente o fim do Estado sionista e a constituição de uma Palestina autônoma e independente pode terminar com a opressão nacional sobre essa nação. E isso não serão capazes de fazer nenhuma das frações da burguesia local, é uma tarefa da revolução proletária, que erguerá um governo operário e camponês e abrirá a transição ao socialismo, numa unidade federativa socialista no Oriente Médio.

A luta para defender imediatamente a nação palestina contra o massacre que promovem o estado sionista e o imperialismo estadunidense é de todas as massas oprimidas no mundo. O proletariado mundial tem sua trincheira de luta, e é erguida sempre e em toda parte contra a opressão imperialista, sem condicionantes. A tarefa hoje é estar ao lado do Hamas, sem apoiá-lo politicamente e mantendo a independência de classe, pela derrota total de Israel e dos EUA na região.

Os Estados Unidos são o ponto mais crítico da crise mundial capitalista. O capitalismo em decomposição já não tem mais como avançar as forças produtivas a partir da recomposição da destruição realizada pela 2ª guerra mundial. Esse período está encerra-

*[Israel] Trata-se de um estado burguês implantado de forma artificial, à custa do esmagamento da nação palestina. Por isso, **não é possível haver paz entre os genocidas e os esmagados por eles. Somente o fim do Estado sionista e a constituição de uma Palestina autônoma e independente pode terminar com a opressão nacional sobre essa nação.** E isso não serão capazes de fazer nenhuma das frações da burguesia local, é uma tarefa da revolução proletária, que erguerá um governo operário e camponês e abrirá a transição ao socialismo, numa unidade federativa socialista no Oriente Médio.*

do, nas últimas décadas, as potências imperialistas recuam a cada ano na fatia de produção industrial e agrícola, enquanto os estados operários degenerados avançam e lhes tomam mercados em toda parte. Esse choque, entre as economias imperialistas em retrocesso, e as economias nacionalizadas



pelas revoluções proletárias e sob controle de burocracias contrarrevolucionárias, condiciona a guerra comercial e as tendências bélicas mundiais.

É por isso que os EUA atacam o Sul do Líbano e regiões da Síria, provocam a China e a Coreia do Norte com incursões aéreas e navais, trazem dois porta aviões e outros navios, e frota aérea para perto do Irã, etc. E a Rússia e a China pressionam seus aliados para não aceitarem provocações e se manterem “em paz”. Os EUA têm todo o interesse em ampliar as zonas de guerra, para impulsionar a indústria armamentista que sustenta sua economia atualmente. E a Rússia e a China, avançando suas relações comerciais no mundo, rejeitam enquanto podem a guerra. Num momento mais adiante, serão obrigadas a responder militarmente. Os EUA contam com isso, para destruir maciçamente as forças produtivas e reativar

artificialmente sua economia.

A luta contra o genocídio em Gaza é um passo na luta anti-imperialista em toda parte. Somente o fortalecimento da mobilização das massas poderá pressionar pela extensão da trégua e fim dos bombardeios sobre Gaza. É preciso levantar o proletariado mundial em defesa dos palestinos e em combate ao imperialismo. A defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas oprimidas permite unificá-las num movimento único, pois, seu atendimento se opõe frontalmente às imposições do capital financeiro parasitário em todos os países. É preciso ir às fábricas, demais locais de trabalho, estudo e moradia, ir ao campo e às reservas indígenas, e defender a unidade total contra o imperialismo e seu enclave no Oriente Médio, o Estado de Israel. Assim avançaremos em direção à revolução proletária e ao socialismo. ●

Manifestações em apoio aos palestino em Boa Vista/RR

Partidos, movimentos e sindicatos de Roraima, PT, PSOL, PCB, Sintracomo, Sesdof-RR, Levante Popular e o DCE da UFRR organizaram um calendário de atividades no mês de novembro, em solidariedade e em apoio aos palestinos. As atividades deveriam culminar com um ato público em defesa da Palestina em 29 de novembro, dia em que ocorreram atos em todo o Brasil, e em vários países.

A primeira atividade ocorreu em 7 de novembro, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), e contou com a par-

ticipação de apenas um pequena vanguarda, entre professores, estudantes e membros dos movimentos. Nessa atividade, foi feita uma exposição sobre o histórico da invasão e dos ataques israelenses ao território Palestino, e sobre o genocídio que vem sendo promovido pelo estado sionista de Israel e o imperialismo estadunidense.

Essa primeira atividade foi muito importante, porque colocou, em função da participação operária de representantes do Sintracomo, a situação da Palestina a partir da perspectiva

da luta de classes, e não só de conflitos “étnicos” ou “religiosos”. Sem essa compreensão geral, não é possível conectar o genocídio dos Palestinos com o avanço da barbárie no mundo todo, e com as ações do imperialismo, que quer as guerras, e impulsiona, desde o início de 2022, o armamento da Ucrânia contra a Federação Russa. Participamos dessa atividade distribuindo um dos manifestos do PPRI. Em nossa fala, reforçamos a importância do ato em solidariedade, mas mostrando também que solidariedade se concreti-

za por meio da ação direta, da luta e da manifestação nas ruas, com destaque para os dias internacionais de paralisação e passeatas em todo o mundo, como o projetado para o dia 29.

Após essa primeira atividade, outra foi organizada pelo Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR). Foi também um debate em que também participaram apenas poucos militantes, a maioria mulheres, professoras, estudantes, e alguns membros de organizações, como do Levante, do Sintracomo e do PCB. Essa roda de conversa se destacou por colocar a urgência e a necessidade das lutas presenciais, nas ruas, para defender os oprimidos da Palestina e os nossos, pois, como foi dito, nós também vivemos uma barbárie imposta pelo capitalismo e pelo imperialismo, que também se manifesta em mortandade. O debate centrou-se nas questões das mulheres afetadas, mas buscou conectar às opressões em geral. Como antes, também distribuimos outro manifesto do partido, mostrando as raízes do conflito e nos colocando em apoio incondicional aos palestinos e contra o Estado de Israel.

As duas atividades, embora im-

portantes para iniciar o movimento no estado, não estavam ligadas à compreensão de que é necessário um apoio ativo aos palestinos da Faixa Gaza, o que significa, a cada movimento, sindicato, colocar seu aparato para organizar as manifestações de rua, os boicotes com paralisações e greves aos governos e aos capitalistas que apoiam o sionismo genocida. A “conscientização” para a maioria não vêm de debates mais ou menos acadêmicos, mas da ação política e imediata contra a mortandade contra os palestinos e os explorados de nosso país.

Sem essa política encarnada nas vanguardas, não foi construída uma mobilização para o ato geral do dia 29 de novembro. O espontaneísmo de direções políticas, que detêm o controle de movimentos, de sindicatos, de partidos de esquerda, atua contra a necessidade de organização consciente. Os trabalhadores não virão aos atos ou aos debates apenas pela consciência já existente, mas lutando por reivindicações concretas, como o boicote aos sionistas de todo o globo, que se materializa em paralisações, greves e ocupações de avenidas. Assim, foi chamada apenas

uma reunião para a organização dessa manifestação coletiva e internacionalista. Os representantes da Sesdud-RR inicialmente colocaram dificuldades para a realização do ato na cidade porque seria esvaziado, mas foram convencidos da importância da manifestação, inclusive fora da universidade, e foi marcado um ato público. Trabalhemos para que ocorra, no início de dezembro, e que se alinhe à luta geral que ocorre no país e no mundo, contra o genocídio palestino e a violência do imperialismo em todo o globo.

O que percebemos é que, de um lado, há um atraso nas direções dos movimentos para a construção das atividades e lutas, e, de outro, uma disposição, sobretudo, da juventude, para que as lutas aconteçam. Essa realidade que estamos constantemente apontando é que é preciso constituir direções revolucionárias nos movimentos, sindicatos e entidades de luta, para que possamos organizar as lutas contra a gigantesca barbárie do capital que está assolando os palestinos e assola os trabalhadores assalariados, os povos indígenas, os quilombolas e os oprimidos, no Brasil e no restante do mundo. ●

| 29/11 - ATO PELA PALESTINA / SP

A política democratizante não tem como impor aos governos e às burguesias a derrota do genocídio em Gaza

O ato convocado como jornada mundial em defesa da Palestina, em São Paulo, reuniu aproximadamente 400 pessoas. O ato contou apenas com as direções de sindicatos e organizações populares, organizações políticas partidárias e estudantis, e alguns militantes de base.

Convocado para o MASP às 18 horas, a Frente Palestina anunciou em dias anteriores que a marcha se encerraria na Praça Roosevelt, às 21 horas. O percurso e horário foi, sem dúvida, uma imposição do governo, da prefeitura e da PM aos organizadores. Não obstante, apenas foram realizadas a concentração e as falas no MASP. A precária convocatória dos sindicatos e organizações de sua base, parte da política de conciliação de classes, indicou que as direções evitaram criar as condições

para uma mobilização massiva e radicalizada dos explorados e oprimidos em nossa cidade, o que aconteceu também por todo Brasil. Não ergueram as bandeiras e as reivindicações para projetar um movimento geral das massas contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, que impusesse, pelos métodos da luta de classes, a ruptura das relações diplomáticas, políticas e comerciais com Israel.

A trégua foi encerrada com a retomada dos bombardeios israelenses de sexta-feira (30/11). Importa assinalar aqui que o cessar-fogo temporário foi uma conquista política do Hamas, da ferrenha resistência dos palestinos a serem massacrados e expulsos de suas terras, e das manifestações em todo o mundo de apoio aos palestinos e contra o genocídio. Tratou-se de uma

pausa nos objetivos dos sionistas de tomar as terras palestinas em função dos negócios bilionários com petróleo e gás que se acham em seus territórios. O genocídio dos palestinos tem por fundamento objetivos econômicos, que se revestem de preconceitos religiosos e ideológicos, apenas para encobrir os venais interesses de lucro que os EUA e a burguesia imperialista, parte dela sionista, tem na exploração das jazidas no subsolo. Os métodos nazistas do terrorismo sionista de limpeza étnica, apartheid, massacres de civis e descaracterização dos palestinos como uma raça inferior, como “não-humanos” ou ainda, bárbaros e atrasados, no mais estrito sentido de discriminação racial, é refletido pela burguesia e pequena burguesia, bem como pela grande mídia monopolista burguesa.



29/11

ATO PELA PALESTINA

Fala do PPRI no ato em defesa da Palestina em São Paulo

Estamos hoje no sexto dia de trégua na Faixa de Gaza. Essa trégua, pode acontecer por conta do apoio das massas oprimidas do mundo inteiro, à causa palestina, pelo apoio dos países da região aos palestinos, pelos movimentos que se organizaram em vários países, com centenas de milhares, com greves e ocupações de portos para evitar que insumos fossem enviados para Israel para que continuasse o massacre e o genocídio.

Nós sabemos que a Palestina só vai ser livre, só vai ser uma, só vai ter autonomia com a revolução proletária e com o socialismo. Nós sabemos que isso passa pelo fim do estado genocida de Israel. Mas, nós sabemos também que é preciso fazer uma campanha agora, em todos os países, para combater o sionismo genocida, que tem por trás dele o imperialismo norte-americano.

Vamos levantar nossas reivindicações, nossas reivindicações em cada país que se opõem ao imperialismo. Vamos a unificar nossa luta a partir das necessidades imediatas, em solidariedade ao povo palestino. Construamos uma luta unificada no Brasil e em todos os países.

Viva a luta do povo palestino!

Morte ao Estado de Israel!

É necessário que as massas oprimidas organizem em toda parte um movimento geral em defesa dos palestinos, apoiado na convocatória das assembleias de base democráticas e sob um plano de reivindicações próprias, para que as tendências de ódio de classe aos patrões e governos, esses que se aliam à campanha democratizante e humanitarista de condenar o terrorismo de Hamas, e exigem hipocritamente que Israel se apegue às “leis da guerra”, ou nada fazem para impedir o genocídio e a limpeza étnica dos palestinos pelos sionistas, seja rompida, e apareça a luta verdadeira e legítima em defesa do direito dos palestinos de derrotarem seus algozes com todos os métodos que decidam, e do Hamas, contra a campanha genocida do imperialismo para sua destruição, que é a destruição da nação oprimida e suas organizações de luta.

A campanha militar do sionismo em favor de reorganizar as fronteiras do Oriente Médio a serviço dos interesses monopolistas é um resultado direto da criação artificial do Estado de Israel, de fora para dentro da Palestina, e sua estruturação histórica, sob imposição do imperialismo. Por isso, não há como defender os palestinos sem combater, em cada país, a burguesia imperialista, que tem em seus “cálculos contábeis” o genocídio e a conquista militar de territórios para alavancar seus negócios. De forma a atingir seus negócios e favorecer a luta de classes em cada país, por exemplo o boicote aos negócios dos sionistas em nosso país, que favorece a luta pela autodeterminação dos palestinos, parte integrante do objetivo da destruição

revolucionária do Estado de Israel e da derrota do imperialismo. E que começa em cada país com a luta dos explorados por suas reivindicações, pela imediata ruptura das relações comerciais e políticas com Israel, e pela defesa da derrota militar dos EUA e do sionismo.

O ato em São Paulo e aqueles realizados por todo Brasil não tiveram como guia essa política, métodos e táticas da luta de classes. A exigência das correntes e sindicatos ao governo Lula/Alckmin, de romper relações com Israel e batalhar pela “paz duradora” na Palestina, não passam de lamentos lacrimosos, que nada mudam o curso do genocídio. Uma política revolucionária, proletária, deve orientar as massas, que já tomaram uma clara posição de classe em favor dos palestinos, para erguer a luta de classes contra a burguesia e o imperialismo. A solidariedade mundial e o internacionalismo proletário se manifestam na luta contra os algozes das nações oprimidas. Os atos devem superar os relatórios dos massacres e da barbárie sionista contra os palestinos, e passar a ser um firme apoio de uma campanha organizada visando a radicalizar os protestos e impor aos governos federal e estadual, paralisando a economia, pela ruptura com Israel, pelo fim de toda ajuda econômica e compra de equipamentos militares israelenses, pelo boicote aos negócios dos sionistas nosso país, pelo bloqueio de portos e aeroportos, etc., que ajudariam a assegurar a vitória política de Hamas no cessar-fogo e avançar na luta pela autodeterminação da Palestina. ●

18/11/1803 – SÃO DOMINGO - BATALHA DE VERTIERES

Os escravos negros conquistam sua liberdade e independência derrotando o exército napoleônico

Após a Revolução Francesa derrubar a monarquia, estabelecer a República e declarar os direitos humanos universais, a força de trabalho africana continuava escravizada nas colônias francesas. Em São Domingos, como acontecia no sul dos EUA, a escravidão era uma peça-chave na acumulação primitiva de capitais da burguesia, associada às monarquias, na exploração das colônias. Abolido o monopólio comercial, a exploração escravocrata dava lucros mais elevados aos latifundiários brancos, uma vez que negociavam livremente nos mercados seus excedentes. De forma que, junto ao governo republicano, eles decidiram manter a escravidão que resultava em elevados lucros e ingressos orçamentários.

Mas, a Revolução Francesa também teria enorme impacto entre uma camada de libertos, ex-escravos e escravos, que assimilaram os princípios e métodos revolucionários da luta como a única via para conquistar sua liberdade e derrotar os senhores escravocratas. Em 14 de fevereiro de 1781, aconteceu a primeira revolta armada dos escravos e ex-escravos contra os latifundiários brancos, começando a matá-los e a incendiar plantações. Em dez dias, os rebeldes tomaram o controle de todo o norte da ilha, sob direção de Toussaint Louverture, um ex-escravo educado nas ideias revolucionárias.

Em 1794, a Convenção Nacional de Paris aboliu a escravidão. O decreto foi publicado quando a revolta das massas escravas negras tinha se espalhado como fogo por todo São Domingos. Entretanto, a disputa inter-burguesa e entre proprietários republicanos e monárquicos arrastaria inúmeros escravos e ex-escravos libertos a apoiarem os estes contra aqueles. De fato, Louverture associava a luta pelo fim da escravidão à sorte da França republicana. Sob seu comando, dezenas de milhares de libertos e escravos combateram junto a milhares de brancos contra os monarquistas franceses e, depois, ingleses. Derrotados os exércitos britânicos, em 1779, explodiu uma cruenta guerra civil entre os exércitos do norte, sob comando de Louverture, e aqueles sob comando de André Rigaud, que contro-

lava o sul da ilha. Louverture derrotaria Rigaud e assumiria o governo da ilha. Porém, em face do perigo da imediata declaração da soberania de São Domingos em relação à França, o recém-empossado primeiro-cônsul, Napoleão Bonaparte, decidiu intervir, objetivando restabelecer o domínio colonial, derrocar Louverture e restaurar a escravidão. Louverture foi derrotado, capturado e morreria em prisão na França.

Não obstante, as massas negras estavam decididas a impor sua completa libertação, e decidir os rumos do governo da ilha. Jean-Jacques Dessalines assumiu a liderança na continuação da luta revolucionária, e acabou derrotando as tropas napoleônicas no dia 18 de novembro de 1803, em Vertieres. Em 1º de janeiro de 1804, Dessalines declarou a independência da ilha, nomeando-a Haiti. Em 1822, a República Dominicana obteve sua independência em relação à Espanha e houve um breve período de unificação. Em 1844, houve a separação entre os dois países na ilha de São Domingos.

Os latifúndios foram expropriados e a terra distribuída entre as massas negras libertas. É importante notar que as massas negras foram além de acabar com a exploração escravocrata e com a opressão racial, conquistando sua independência como a primeira revolução vitoriosa de escravos na História. O Haiti se constituiria no primeiro Estado independente da América Latina, e o único governado por negros. Entretanto, logo ficou claro que as potências imperialistas europeias e a emergente norte-americana jamais perdoariam tais feitos aos negros escravos insurretos. Os Estados Unidos temiam especialmente que a revolução haitiana acabasse insuflando a luta dos escravos negros no sul do país. Assim, a França, os Estados Unidos e a Inglaterra decidiram por bloquear qualquer desenvolvimento industrial do país, e impedir os negros de elevar as condições de vida de sua República. Cercados por inimigos e sem possibilidades de desenvolver suas forças produtivas, o Haiti se transformaria em semicolônia, agravando o atraso econômico e a penúria das massas que, até os dias de hoje, assolam a ilha.

Fazemos essa breve síntese histórica para mostrar que a Revolução Haitiana, diferentemente das manifestações democratizantes e burguesas dos atos do Dia da Consciência Negra, continua sendo um exemplo de que, apesar da brutalização e a histórica opressão racial, as massas negras são plenamente capazes de se organizar, derrotar poderosos exércitos e conquistar sua liberdade. Isto é ainda mais importante agora, na época de luta de morte entre as massas proletárias e a burguesia imperialista. A “revolução negra” no Haiti traz importantes lições à luta anti-imperialista nos países onde as massas exploradas são majoritariamente negras, como no Brasil e nos países africanos. Como assinalou Trotsky ao se referir à tese da “república negra” para África do Sul, mostrando que uma revolução vitoriosa em um país de maioria negra iria *“modificar radicalmente as relações entre as classes como assim também as relações entre as raças”*, garantindo *“aos negros o lugar que lhes corresponde no Estado de acordo a seu número”*.

Essa análise de Trotsky demonstra os elos que existem entre a luta pelo fim do racismo, contra a opressão nacional e a luta revolucionária. No Brasil, o Estado Operário surgido da revolução social dará ao proletariado, em sua maioria negra, *“o lugar que lhe corresponde”* como membros de uma mesma classe na direção da economia, constituindo seu Estado em um instrumento para acabar com toda forma de opressão racial e nacional. Isto porque a brutal discriminação e opressão racial são manifestações da exploração de classe, cujo fundamento se acha na grande propriedade privada. Assim como o fim da propriedade latifundiária e a democratização no acesso à terra em Haiti viriam da derrota dos latifundiários e da burguesia francesa pela luta de classes, e não da conciliação com os exploradores, também pela luta de classes que se acabará com grande propriedade monopolista capitalista, cedendo passagem à propriedade nacionalizada das terras e das minas, da indústria e da agroindústria. ●

NOV 2013 / 10 ANOS DO “EUROMAIDAN”

10 anos do golpe contrarrevolucionário que abriu caminho à guerra na Ucrânia



A desintegração da URSS e a restauração capitalista no Leste Europeu acabou com a transformação de diversos países em semicolônias, a exemplo do Báltico, destruindo os Estados Operários e a economia estatizada, e conformando os Estados burgueses, por meio de guerras civis ou pelo intervencionismo militar imperialista (Iugoslávia), e foi abrindo o caminho ao avanço da OTAN em direção à Rússia.

Na Ucrânia, o restauracionismo capitalista, promovido por frações da burocracia contrarrevolucionária pró-Moscou, levou o país a destruir a economia estatizada e entregar seus ramos chave ao capital financeiro internacional e às multinacionais. Destruída a base material que sustentava o poder político e os ganhos da casta burocrática, ela veio abaixo por meio de uma contrarrevolução, concretizada na guerra civil.

Nesse percurso histórico se deflagra, em fins de 2013, a revolta contra o governo de Víktor Yanukovich, conhecida como “Euromaidan” (em referência à praça Maidan localizada na capital, Kiev, centro das manifestações golpistas), e que culminaria no golpe de estado de fevereiro de 2014.

O golpe foi organizado por frações da burocracia herdeira do estalinismo, aliadas às oligarquias burguesas e os partidos e correntes nacional-fascistas, e com apoio do imperialismo. A destituição de Yanukovich e a imposição de um o governo títere do imperialismo encerrou o curso da restauração capitalista no país, transformando a Ucrânia em semicolônia, e em uma nova base de operações para a expansão militar da OTAN sobre as fronteiras russas.

A maioria étnica russa concen-

trada no Leste do país desconheceu o governo pró-imperialista preposto, e passou exigir sua autonomia. Desencadeou-se uma violenta opressão nacional, visando a submeter pela força a região. Fracassados os acordos de Minsk – assinados entre o imperialismo e a burocracia russa para garantir a autonomia às regiões do Leste ucraniano – o governo pró-imperialista de Kiev, armado pelo imperialismo, deflagrou a intervenção militar, que afundaria o país na guerra civil por oito anos.

O imperialismo e o governo pró-imperialista em Kiev passaram a defender a “integralidade” territorial ucraniana, que se imporia pela via militar, afogando em sangue o movimento separatista do Donbass. A Rússia apoiava e armava o movimento separatista, que passava a combater militarmente o governo e exército ucraniano por sua independência e completa separação da Ucrânia. Finalmente, anunciaria a constituição de República do Donbass, sua separação da Ucrânia e anunciaria seu desejo de se unir à Rússia, como fizera a Crimeia, após sua ocupação militar pela Rússia.

Golpe de estado, ocupação da Crimeia e guerra civil são elos na cadeia de acontecimentos que levaria a burocracia russa a intervir militarmente no Donbass, em fevereiro de 2022. Para defender seus privilégios de casta parasitária, dependentes da preservação da propriedade nacionalizada, ameaçada de destruição pela burguesia mundial, caso o imperialismo cumprisse seu objetivo no Donbass e firmasse sua ofensiva militarista sobre as fronteiras russas, a burocracia agiu, invadindo a Ucrânia. O que a colocou em rota de colisão bélica com o

imperialismo e a OTAN, que dirigem as ações militares ucranianas.

O golpe de Estado em 2014 é mais um episódio no curso histórico da luta de morte entre os Estados capitalistas e os Estados operários surgidos das revoluções proletárias. Essa avaliação histórica corresponde inteiramente a Lênin. Trazemo-la agora aqui para defender junto à vanguarda com consciência de classe o lugar que corresponde ao Golpe de Estado no objetivo mais geral do imperialismo, de recompor as forças produtivas capitalistas em declínio, mediante a destruição das forças produtivas constituídas sobre a base das economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias.

Os fatos que aqui enumeramos sinteticamente confirmam mais uma vez a tese de Trotsky, de que os Estados Operários somente poderiam voltar ao leito burguês como semicolônias do imperialismo, a partir de uma guerra civil, impulsionada pelo imperialismo para reconstituir a burguesia no poder do Estado. A guerra internacionalizada na Ucrânia confirma, por sua vez, sua tese de que não haverá como restaurar o capitalismo na Rússia sem a intervenção militar do imperialismo para reconstituir o estado burguês de fora para dentro, derrubando a burocracia para avançar à destruição da propriedade estatizada.

A 10 anos do “Euromaidan”, nos colocamos do lado dos princípios e da tática de Lênin e Trotsky do derrotismo revolucionário do imperialismo, e pela defesa das conquistas revolucionárias do proletariado mundial, contra qualquer tentativa do imperialismo de destruí-las. E assim como fizeram Trotsky e Guillermo Lora, erguemos o programa da revolução política para a Rússia, que permitirá regenerar o estado operário, reerguer a ditadura proletária, e impor o controle operário sobre a economia estatizada a serviço da revolução socialista mundial. Na Ucrânia, defendemos os métodos e estratégia da revolução social, visando a reconstituir o Estado operário destruído pela contrarrevolução burguesa. ●

As massas mundiais se projetam em luta contra a opressão social e nacional em todo o mundo

Nem tinha passado uma semana, e o cessar-fogo na faixa de Gaza foi desmontado, sob uma nova chuva de bombas e destruição desfechadas pelo sionismo. A trégua foi implodida pelo Estado genocida de Israel e defendida pelo imperialismo, porque o objetivo não é outro que trucidar, a sangue e fogo, a resistência palestina, seja a expressa por um dos braços armados, seja aquela que surge, uma e outra vez, da decisão dos palestinos de não serem espoliados de seus territórios e retornar a seus lares e nação.

A trégua revelou-se como uma vitória política do Hamas contra a ofensiva sionista em Gaza. Mas, sequer poderia ser cogitada, se a revolta das massas mundiais contra o genocídio planejado pelo imperialismo e o sionismo não tivesse achado uma radicalizada resistência operária e popular por toda parte, especialmente nas potências. Centenas de milhares de manifestantes, conformada quase exclusivamente pelos setores mais explorados e oprimidos, têm demonstrado uma clara posição de classe diante do genocídio e da brutal opressão nacional que sofrem, dia após dia, os palestinos.

É uma constante, a irrupção espontânea do profundo instinto de revolta dos explorados contra os governos burgueses, em defesa das mais imediatas reivindicações. A greve da UAW nos EUA conseguiu derrotar os monopólios da indústria automotiva e impor importantes conquistas, além de recuperar direitos perdidos. Mas, também começam a se manifestar, ainda que limitadamente, movimentos no seio da classe operária mundial, de intervir contra as tendências belicistas do imperialismo com seus métodos próprios, afetando a maquinaria bélica, a exemplo da paralisação de portos e aeroportos na Bélgica e Espanha por sindicatos operários, impedindo o envio de suprimentos de armas e equipamentos ao sionismo.

As burguesias imperialistas e seus aliados são obrigados a buscar a destruição de forças produtivas em grande

escala, aprofundando e estendendo as tendências bélicas, e a atacando mais fundo os explorados, visando a uma recomposição das forças produtivas capitalistas e retomada dos lucros, destruindo as economias estatizadas e submetendo as massas à mais escancarada superexploração assalariada. Essa tendência verifica-se na Palestina, como opressão nacional, ocupação militar de novos territórios, e expansão dos negócios monopolistas.

A Ucrânia é outro elo nessa cadeia de acontecimentos. A guerra e a carnificina que aumenta a destruição de milhares de homens e mulheres, desperdiçando um fabuloso contingente da força de trabalho, expressam a destruição de riqueza socialmente produzida. Riqueza e forças produtivas que ainda são dilapidadas sob outras formas, a exemplo do desemprego, terceirização, desindustrialização, etc. O quadro de crises e guerras são as convulsões de um sistema econômico completamente apodrecido, que se nega a morrer, que arrasta a humanidade seu conjunto à barbárie, e revela que, sem que as massas deem um salto à frente em sua luta contra a burguesia, o caminho das guerras e de maior opressão nacional alavancará a barbárie mais completa.

A direitização da política burguesa se realiza no quadro da impossibilidade da burguesia conceder qualquer reforma ou concessão aos explorados e nações oprimidas. Entretanto, é nesse quadro que comparece a tendência do proletariado, dos camponeses, da juventude oprimida, a pequena burguesia arruinada e dos demais assalariados, de assumirem uma clara posição de classe perante os conflitos mundiais e contra suas burguesias. Essas condições são favoráveis ao desenvolvimento da tática de derrotismo revolucionário nas potências imperialistas e de ruptura das massas com suas direções políticas, que se subordinam à direitização da burguesia, abandonando até a mais mínima das reivindicações operárias ou populares. Cada luta, por mais imediata que seja em seus obje-

tivos, tende a projetar instintivamente as massas pela via da luta de classes. Mas, não conseguem avançar ainda mais, porque são contidas, desviadas ou diretamente traídas pelas direções políticas afundadas no colaboracionismo de classe e no democratismo burguês mais cretino.

Apesar desses obstáculos, as massas não arrefecem em sua ofensiva. As massas não escolhem quando lutar, nem o campo da luta de classes, contra os opressores e exploradores. A classe operária é empurrada pelas circunstâncias objetivas a avançar a sua independência de classe, e assumir a defesa dos direitos democráticos, nacionais e políticos, que levam ao choque dos oprimidos com o regime burguês e o imperialismo. É necessário organizar um movimento geral e campanhas em defesa dos palestinos e de boicote ao imperialismo e aliados, para que as tendências de ódio à burguesia mundial se transformem em ações políticas e solidariedade ativa, atacando a propriedade burguesa e seus negócios. As fábricas de armamento e suprimentos para a guerra devem ser paralisadas, e seu funcionamento passar sob controle operário coletivo. Trata-se impulsionar os movimentos, greves, ocupações em cada país, e apoiar ativamente a resistência das nações oprimidas pelos objetivos imediatos de derrota militar da OTAN e seus aliados na Ucrânia e na Palestina.

Nessa maré de instinto de revolta das massas mundiais contra a burguesia e os governos, é preciso impulsionar os confrontos de classe, defender as consignas que unificam os explorados por cima de suas nacionalidades e interesses econômicos, e projetar um movimento geral contra os governos burgueses, apoiado nos métodos da luta de classes. Ou seja: trabalhar por generalizar e unificar cada protesto e luta sob um programa comum, anti-imperialista e anticapitalista. Assim, a luta instintiva se aproximará da estratégia proletária, favorecendo a reconstrução da direção revolucionária. ●

| ARGENTINA / ELEIÇÕES NO SEGUNDO TURNO

A ultradireita ganha as eleições: organizar a oposição revolucionária para combater o novo governo com os métodos da luta de classe e a estratégia proletária!

O ultradireitista Javier Milei foi eleito novo presidente da Argentina. Derrotou no segundo turno o candidato governista Sergio Massa, obtendo 55,78% (14 milhões dos votos), contra 44,21% (11 milhões de votos). A participação eleitoral foi de 76,32% (26,776 milhões de votos). Os votos em branco atingiram 1,55% dos votos, os nulos, 1,62%, e os impugnados, 0,05%. Entre o primeiro e o segundo turno, não houve alteração na porcentagem daqueles que não foram votar, permanecendo em 23%.

A vitória de Milei contra os partidos orgânicos da burguesia (da oposição, no primeiro turno; e da situação, no segundo turno) tem por base material a crise econômica e seus reflexos sobre as massas oprimidas. Muitos votaram no ultradireitista porque culpabilizam a situação e a oposição burguesas, que se alternaram no governo, por sua miséria, e que preservaram as mesmas medidas que as afundaram na pobreza. O voto em Milei não representou o tradicional voto “antiperonista”, como alguns esquerdistas e trotskistas afirmaram. Setores que integravam a direita Frente pela Mudança, e foram parte do governo direitista de Mauricio Macri, acabaram apoiando Massa. Outros setores apoiaram Milei, e serão parte integrante de seu governo, compondo sua equipe ministerial. Afirmar que Milei ganhou pelo “voto antiperonista” equivale a conferir um traço progressivo ao voto no peronismo, que há muito abandonou qualquer defesa de interesses nacionais e populares contra o imperialismo, e se transformou em um instrumento de governo a serviço dos monopólios. Em última instância, significa ignorar que a direitização da política burguesa praticamente dissolveu as diferenças sociais, econômicas e políticas que separavam o nacional-reformismo da direita no passado.

Direita e esquerda burguesas são duas expressões da política burguesa, que tem por fundamento a defesa dos interesses monopolistas e imperialistas, portanto, da grande propriedade



Não havia para as massas a escolha pelo “mal menor”, porque, qualquer que fosse o vencedor da disputa inter-burguesa, atacaria mais fundo suas condições de vida e seus direitos, em benefício dos lucros capitalistas. Essa conclusão prática está demonstrada no Brasil, com o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin.

privada burguesa, que se preserva à custa de afundar na pobreza e miséria as massas exploradas. A vitória da ultradireita manifesta a projeção das tendências mais reacionárias de um setor da burguesia diante da decomposição capitalista. Certamente, se projeta eleitoralmente pelos contínuos fracassos dos governos burgueses de plantão. Mas, tanto a esquerda como a direita burguesas – e suas variantes “fascitizantes” – são expressões políticas da mesma classe dominante, e se manifestam como divergências táticas entre suas frações, sobre qual a melhor forma e métodos de governo mais adequados a seus objetivos, em cada conjuntura. Ainda que não se deva confundir formal e taticamente uma forma de governo e um partido com o outro, seria um crime que a vanguarda colocasse tais diferenças acima do conteúdo de classe de um governo e do Estado, e assim reforçasse as ilusões democráticas no peronismo. Não havia para as massas a escolha pelo “mal

menor”, porque, qualquer que fosse o vencedor da disputa inter-burguesa, atacaria mais fundo suas condições de vida e seus direitos, em benefício dos lucros capitalistas. Essa conclusão prática está demonstrada no Brasil, com o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin.

Também a experiência do Brasil ensina que até um governo fascitizante, ultradireitista e reacionário é obrigado a ajustar seu programa de governo às necessidades e ditames da burguesia imperialista, e é empurrado a aceitar imposições das forças políticas que antes criticou duramente, para garantir sua governabilidade. Parte da tão odiada e criticada “casta política” por Milei ocupará importantes ministérios em seu governo – a derrotada no 1º turno Patricia Bullrich será ministra da Justiça. As forças da direita burguesa derrotada eleitoralmente, que conformam parte dessa “casta”, condicionarão o governo de Milei a partir do Parlamento, obrigando-o a negociar seus projetos de lei para serem aprovados. Os “ajustes” do futuro governo ultradireitista a essa realidade transparecerão nas “alterações” entre o programa econômico defendido na campanha e o que imediatamente será posto em prática nos primeiros meses do novo governo. A completa dolarização da economia (adoção do dólar como “moeda nacional”) foi relegada para o futuro. Imediatamente se aplicará a liberalização do câmbio entre o peso argentino e o dólar estadunidense. Essa medida favorecerá imediatamente o avanço do comércio com os EUA, como é preten-

dido por Milei. Mas, não significa uma ruptura das relações comerciais com a China ou o Brasil, como tinha prometido o ultradireitista. Esse comércio é muito lucrativo para um setor da agroindústria e da indústria, de forma que rompê-los alavancaria a oposição burguesa ao novo governo, e dificultaria as negociações parlamentares com as frações políticas ligadas a esses interesses econômicos concretos. O único objetivo dessa medida de “liberalização cambial” é criar condições para uma futura dolarização, e servir de instrumento dos EUA em seu objetivo de equacionar a tendência de desdolarização do comércio internacional, e beneficiar o capital financeiro norte-americano. É isso que significa a declaração de Milei, de que permitirá “liberdade de ação” a cada empresa para negociar os termos dos acordos particulares com seus parceiros chineses, enquanto orientará uma “aproximação” cada vez maior aos EUA da política econômica fixada a partir do Estado.

É um outro “ajuste” no programa do futuro governo, ceder às pressões do capital imperialista de não extinguir completamente os subsídios sociais. As migalhas que os capitalistas despejam sobre as massas são parte dos métodos de governo da ditadura burguesa, visando a equacionar e a abortar a luta de classes. O mesmo se passa com a declaração de Milei, contrária à sua promessa eleitoral, de que não privatizará de imediato a saúde e a educação. Entretanto, como parte dessa política de destruição “gradual” “do papel do Estado na economia, Milei disse que irá implementar um sistema de “vouchers” para a educação, e de “cartões pré-pagos” para tratamento médico, o que imediatamente pode abrir um novo caminho aos investimentos privados na mercantilização da educação e da saúde. Quanto ao anúncio da privatização das estatais da indústria de petróleo e gás (YPF), de tratamento de água e esgoto, da Aerolíneas Argentinas (estatal de aviação de transporte de passageiros), dentre outras, essas medidas estão em sintonia com as tendências privatizantes de todos os governos, sejam de esquerda ou de direita, que objetivam entregar as estatais à exploração de capitais privados com preços monopolizados de mercado.

O programa de Milei é um prato requentado das mesmas receitas neolibe-

rais que fracassaram no passado, para “garantir” o “crescimento econômico” e “melhorar” as condições de vida dos explorados e oprimidos. Reduzir os subsídios, acelerar as privatizações, e reduzir o orçamento dos serviços públicos é o mesmo que fez o peronista Carlos Menem (1989-1999), política que, em seus traços gerais, foi continuada por todos os governos que se seguiram. Corresponde também ao governo Menem, a tentativa de uma dolarização acobertada da economia, com a implantação de “paridade cambial” entre peso e dólar, mesma medida aplicada no Brasil, por FHC, em 1993. Como se vê, a proposta de governo de Milei não tem nada de “novo”. São as mesmas receitas que aplicam, há décadas, os diferentes governos burgueses, para garantir os lucros monopolistas e o parasitismo do capital financeiro. Mas, diferencia-se deles, já que pretende fazê-lo com medidas de choque mais violentas e em tempo mais reduzido.

O problema é que essas medidas, no passado, acabaram afundando o país na desindustrialização, na hiperinflação, na destruição de direitos, e no avanço da precarização trabalhista, da miséria e do desemprego estrutural. E levariam à hiperinflação e à implantação do chamado “curralzinho financeiro”, lei aprovada pelo governo, que restringia os saques de dinheiro das contas bancárias pelos assalariados. Tratava-se, desse modo, de evitar a retirada maciça de fundos bancários, visando a garantir a liquidez de capitais para envio de remessas e lucros ao exterior. Em outras palavras: se garantiu a expropriação de milhões de assalariados e pequenos comerciantes, transferindo seus recursos às mãos do capital financeiro. A crise social resultante dessas medidas acabou projetando a derrocada do governo De la Rúa, e abrindo caminho a uma crise pré-revolucionária, em 2000/2001. Naquele momento, o país ainda tinha um relativo desenvolvimento industrial, melhores condições macroeconômicas e fiscais que na atualidade. Repetir o mesmo percurso, nas atuais condições do país, seria abrir caminho a uma violenta crise do regime burguês.

A inflação é superior a 140% ao ano, e poderia ser de 200%, logo no começo de 2024. Metade da população está abaixo da linha da pobreza. A dívida pública em relação ao PIB é de 90%, e o déficit fiscal chega a 10%

deste. O crédito externo está esgotado, e novas linhas de financiamento serão concedidas, com a condição de que se realize uma ofensiva de contrarreformas mais violentas. A “unificação” do mercado cambial, e a liberação dos preços dos serviços públicos e dos produtos de consumo básicos, enriquecerão rapidamente os capitalistas, ao custo de afundar na barbárie social os explorados.

A política de restringir e destruir os direitos econômicos e civis ultralimitados dos casais homoafetivos e das mulheres espelha a necessidade da burguesia de retirar até as mínimas concessões feitas no passado, para assim dispor de cada um dos recursos orçamentários em favor do parasitismo financeiro. Os ataques reacionários e a discriminação contra a livre manifestação do amor homossexual ou contra os direitos democráticos das mulheres, em favor das tradições familiares burguesas e dos princípios religiosos, são máscaras ideológicas que a burguesia utiliza para mobilizar a pequena burguesia embrutecida e desesperada em favor de seus interesses venais.

As massas do país são obrigadas a combater, desde o primeiro dia, o novo governo nas ruas, desenvolvendo a luta coletiva pelas suas reivindicações econômicas e democráticas mais básicas. Para isso, o governo ultradireitista e aliados se preparam também, com seu objetivo de fortalecer o Estado policial, visando a reprimir os movimentos operários e populares. A defesa nos sindicatos e nas organizações de massas da tática da oposição revolucionária, e dos métodos da ação direta, bem como da autodefesa das massas diante da provável repressão governamental, se mostrará uma necessidade objetiva para combater o governo e romper a conciliação de classe e traições das direções sindicais, que subordinarão e conterão as lutas ao objetivo de desgaste eleitoral de Milei, pretendendo convencer os explorados a aguentarem 4 anos, até a volta do suposto nacional-reformismo ao governo do Estado.

A vanguarda com consciência de classe tem por tarefa mais imediata e urgente defender um plano nacional e unitário de reivindicações e os métodos da luta de classes para impor suas reivindicações. Assim, os explorados avançarão na assimilação prática da estratégia revolucionária do proletariado. ●

“Vitória” dos “socialistas” na Espanha: a farsa da democracia

Acompanha-
mos a constituição
do novo governo
central da Espanha, desde
as eleições de 23 de julho,
que deram a vitória ao partido
de direita PP (Partido
Popular), e a seu candidato,
Alberto Núñez Feijóo. De 23
de julho até 16 de novembro,
quando o Parlamento
reelegeu Pedro Sánchez, do
partido de esquerda PSOE
(Partido Socialista Operário
Espanhol), a situação do
novo governo era incerta,
porque nenhum dos partidos
havia atingido a maioria
absoluta no Parlamento,
que é quem, de fato, garante
que o partido vitorioso das
urnas eleja o 1º Ministro do

**Para dar um
“golpe” na
democracia do
voto da maioria
eleitora, o partido
de Sanchez
compôs com
partidos menores,
regionais, como o
dos separatistas
catalães, que há
décadas querem a
separação formal
da Catalunha
do restante da
Espanha, e que o
próprio PSOE (junto
com o PP) perseguiu
e criminalizou por
separatismo a
suas lideranças, e
impôs um virtual
estado de sítio
sobre a Catalunha,
para evitar sua
independência**

país. O fato de o partido da
direita ter vencido, mas não
tenha levado ao comando
do Estado o seu candidato,
revela as deformações pró-
prias da democracia bur-
guesa que, sequer, garante a
suposta soberania da maio-
ria que vota.

Em julho, os dois partidos
de direita, o PP e o Vox, ha-
viam conseguido eleger 169
cadeiras no Parlamento, das
350 elegíveis. Precisavam de
176 para terem maioria. O
partido governista, o PSOE,
que de “socialista” e “operá-
rio” não tem nada, alcançou
apenas 122 cadeiras, portan-
to, foi rejeitado pela maio-
ria que votou no pleito. Os
governistas do PSOE foram
o partido de esquerda com
mais sucesso nos últimos
40 anos, dirigindo a Espa-
nha desde o fim da ditadu-
ra de Franco, em 1977, com
alguns intervalos, como em
2018, quando o partido direi-
tista Vox obteve a maioria. A
chamada direita “populista”
ou “ultradireita” só assumiu
o Parlamento e o Executivo
com a vitória em 2018, o que
era um caso à parte em re-
lação a outros países da Eu-
ropa.

A resposta às ditaduras
militares, tanto na Espa-
nha quanto em Portugal, foi
a consolidação de partidos
de esquerda, como não se
viu em outros países euro-
peus. O que, no entanto, não
modificou, nessas décadas,
nem o caráter de classe do
Estado, voltado a atender os
interesses do grande capital,
nem a forma dos governos
que aplicaram as medidas
neoliberais como os demais
países do continente, como
ficou visível com a crise
aberta no início da década

de 2010, após a explosão da
bolha imobiliária dos EUA,
em 2007/2008.

Após décadas de gover-
no, a esquerda espanhola,
que constitui uma fração
da burguesia imperialista,
não apresenta traços funda-
mentais de diferença com a
direita burguesa. A vitória do
partido de Feijóo foi a derrota
do campo governista. Mas,
a democracia burguesa tem
suas próprias deformações
constitutivas. A maioria de
cadeiras no Parlamento se
sobre põe à maioria da vota-
ção popular. O programa do
partido vencedor precisa ser
subordinado à composição
do Parlamento, que apara
todas as “arestas” de um
discurso mais reformista ou
mais conservador. O popu-
lismo de direita, que cresceu
nos últimos anos, pregando
um nacionalismo mais exa-
cerbado e uma pauta moral
mais conservadora, não se
diferencia em seu conteúdo
de classe da esquerda “libe-
ral”, “progressista”, “iden-
titária”. Ambas as verten-
tes da política burguesa se
encontram na defesa das
contrarreformas, da susten-
tação do pagamento dos ju-
ros das Dívidas Públicas, na
defesa da política imperia-
lista de intervencionismo a
territórios e nações oprimi-
das. Não bastassem todas as
contrarreformas da décadas
de 2010, que rebaixaram os
salários e os direitos sociais,
o governo “socialista” de
Sánchez continua a realizar
ataques e contrarreformas,
como uma nova reforma
da Previdência, aprovada
no Parlamento, no final de
março do presente ano.

Para dar um “golpe”
na democracia do voto da

maioria eleitora, o partido
de Sanchez compôs com
partidos menores, regio-
nais, como o dos separatis-
tas catalães, que há décadas
querem a separação formal
da Catalunha do restante
da Espanha, e que o próprio
PSOE (junto com o PP) per-
seguiu e criminalizou por
separatismo a suas lide-
ranças, e impôs um virtual
estado de sítio sobre a Cata-
lunha, para evitar sua inde-
pendência

Os partidos *Junts per Ca-
talunya* e *Partido Nacional
Vasco*, que defendem a inde-
pendência de regiões há dé-
cadas, com seus 7 e 5 parla-
mentares, respectivamente,
foram fundamentais para a
vitória do PSOE, que já ha-
via feito acordos com outros
partidos do centro e centro-
esquerda. A composição que
reelegeu Sanchez levou a
vários protestos e manifes-
tações pelo país. Em Madri,
os direitistas apontaram
que o governo iria aceitar
a autodeterminação e in-
dependência das regiões da
Catalunha e do País Basco,
o que enfraqueceria econo-
micamente a nação e leva-
ria a seu desmembramento.
Os direitistas mais radicais
querem a deposição do atu-
al governo e novas eleições,
porque não aceitam o com-
promisso do novo governo
em anistiar militantes e po-
líticos catalães perseguidos.
A ação do governo, obvia-
mente, se ocorrer, será ape-
nas uma migalha, diante da
continuidade da opressão
secular.

Durante décadas, os “so-
cialistas” espanhóis no go-
verno, aliados à direita e à
ultradireita, mantiveram a
opressão nacional sobre as



A democracia burguesa não é realmente a realização da soberania da “maioria” votante, mas da minoria economicamente mais poderosa, das frações burguesas que detêm sempre o controle sobre a maioria do Parlamento e impõem suas vontades para o governo do Executivo, independente se eleito um partido de “esquerda” ou “direita”. Essa é mais uma vez a lição em torno das eleições burguesas.

duas regiões. Assim como há séculos fez a monarquia espanhola, e logo depois a ditadura de Franco, que manteve essas duas regiões subordinadas, por meio da força ou do intervencionismo militar, como aconteceu durante décadas no país Basco, para esmagar a resistência popu-

lar e a ação armada do grupo ETA, que lutavam pela autodeterminação. O que fizeram os dois partidos separatistas foi uma capitulação, para fortalecer sua posição no interior da máquina estatal. Não haverá nenhuma ruptura essencial em relação aos governos anteriores do PSOE, que não garantiram a autodeterminação e mantiveram a histórica opressão nacional sobre essas regiões.

A composição oportunista de partidos políticos, para formar “maioria”, na democracia burguesa, é parte de seu funcionamento. Vimos isso em todos os governos do PT, por exemplo, aqui no

Brasil. A democracia burguesa não é realmente a realização da soberania da “maioria” votante, mas da minoria economicamente mais poderosa, das frações burguesas que detêm sempre o controle sobre a maioria do Parlamento e impõem suas vontades para o governo do Executivo, independente se eleito um partido de “esquerda” ou “direita”. Essa é, mais uma vez, a lição em torno das eleições burguesas.

A maioria nacional do território espanhol desconhece na prática as diferenças entre os governos e os partidos. Vota sempre no que considera “menos pior”, e em oposição ao que está no governo atual, porque não vê horizonte nas lutas existentes, não enxerga a estratégia de destruição do regime econômico e político que se projeta em cada combate da luta de classes nacional e internacional. É arrastada pela ideologia dominante, pelas ilusões nas eleições, porque lhe fal-

ta a vanguarda consciente, o partido revolucionário realmente socialista, que aponte as contradições e as deformações que o regime político, e sobretudo, o sistema econômico produzem.

A economia da Espanha, como a dos demais países europeus, enfrenta inflação, estagnação, e não pode resolver as contradições evidentes do modo de produção. O governo de Sánchez será de ataque à vida das massas, como os governos anteriores. As massas exploradas terão de sair às ruas, para defender seus salários, seus empregos e seus direitos. Nessas lutas diretas comprovarão, como sempre, o papel do Estado burguês, e, com elas, poderão forjar uma vanguarda proletária, consciente, que forjará o programa da Revolução Proletária e a destruição da democracia burguesa, asentada na grande propriedade dos grandes meios de produção. ●

FOLHETO

Pontos para uma
Resolução
Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

GUATEMALA

Setores da oligarquia guatemalteca e o imperialismo se chocam ao redor da definição do futuro do próximo governo

Após a vitória de Bernardo Arévalo nas eleições gerais, em agosto deste ano, o Ministério Público vem realizando uma ofensiva jurídica para evitar sua posse, prevista para 14 de janeiro de 2024. Desde que venceu no primeiro turno os candidatos oficialistas, e garantiu sua participação no segundo turno, foram ensaiadas diversas manobras para impedir que ganhasse as eleições. Seu partido, *Semente*, acabou vendo seu registro anulado, o que visava a impedir a candidatura de Arévalo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cedeu às pressões do imperialismo, que tinha publicamente se posicionado em favor de Arévalo, e decidiu por aprovar sua participação, garantindo sua vitória contra a candidata do governo, Torres.

Após a vitória de Arévalo, retomou-se a ofensiva jurídica do MP. A Corte de Constitucionalidade (CC) manteve a suspensão do partido *Semente*. O MP, cujos membros foram sancionados pelos EUA por corrupção, iniciou um processo penal contra Arévalo pela ocupação da Universidade São Carlos (USAC), há dois anos. Para o MP, como o partido foi criado a partir de um grupo de acadêmicos e estudantes dessa universidade, e Arévalo era professor na USAC à época, bastaria esse vínculo para o responsabilizar pela “depredação do patrimônio público”, durante a ocupação, e cassar seu mandato.

Tratam-se de ensaios para avaliar as condições para um golpe de Estado institucional. Setores da oligarquia, partidos políticos e funcionários temem pelo cumprimento da promessa de campanha do presidente eleito, de implementar medidas “anticorrupção” e de combate às drogas mais duras, sob apoio e financiamento estadunidense. Seu objetivo é preservar sob seu comando as instituições, desde as quais se

enriquecem, parasitando o Estado (30% do orçamento é apropriado por esses setores), e participam dos lucros da burguesia narcotraficante, em troca de proteção estatal a seus negócios. É parte desse objetivo, ainda, manter vigente a anulação do registro de *Semente*, visando assim a impedir seus parlamentares de dirigirem comissões, receberem fundos e exercerem cargos. Se fracassar no objetivo de impedir a posse, pelo menos seus aliados no Parlamento pretendem barrar as medidas e propostas de Arévalo.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que são “*inaceitáveis*” as medidas do MP e do CC, afirmando que se procura “*varrer com a democracia*” na Guatemala. O Departamento de Estado dos EUA cancelou o visto de 11 funcionários, e avalia aplicar mais sanções. A OEA exigiu que se respeitem os resultados eleitorais, e se garanta a posse de Arévalo. O chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, assinalou que se pretende desconhecer “*os resultados eleitorais por meio de ações jurídicas*”.

O imperialismo utiliza dessas denúncias para impor seus interesses e o governo que escolheu para administrar o Estado guatemalteco. De fato, não está nem aí para golpes de Estado ou para a corrupção, desde que se lhe permita manejar as rédeas do Estado segundo seus interesses. A “defesa da democracia” e de Arévalo objetiva defender seu candidato, que contará com o apoio popular necessário para aplicar as contrarreformas paralisadas pela resistência popular: “*Essa é a aposta feita pelos EUA no candidato “social-democrata” e seu apoio farsesco ‘à democracia e soberania populares’*” (OI nº6).

Nas últimas semanas, foram deflagrados massivos e radicalizados protestos populares, camponeses e

indígenas (60% da população), em defesa da posse de Arévalo, e exigindo a renúncia da Fiscal Geral, María Consuelo Porras, e outros membros do MP e do sistema judicial, bem como a saída imediata do atual presidente, Alejandro Giammattei. As massas defendem a democracia e o governo que elegeram com seu voto, porque acreditam que Arévalo aplicará medidas que solucionarão a fome e a miséria, pondo fim ainda à ofensiva de contrarreformas e ajustes que, em 2021, Giammattei tentou aplicar e que elas barraram com a luta nas ruas e com a ação direta. Ignoram que, quando Arévalo tomar posse do poder do Estado burguês, continuará com as medidas de ataque contra suas condições de vida, ditadas pelo imperialismo. De forma que logo serão obrigadas a recorrer à luta nas ruas, como há três anos. Mais uma vez, será colocada a tarefa de superar a crise de direção revolucionária que impede as massas de passar, da defesa de seus direitos e conquistas, à ofensiva pela derrota dos planos dos capitalistas e do imperialismo. A defesa das reivindicações e dos métodos de luta próprios dos explorados mostrará toda sua importância para ajudar as massas a avançarem na luta revolucionária. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA****e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista****Adquira com nossos militantes!**

PANAMÁ

Os protestos contra a exploração mineira impõem um recuo às multinacionais e ao governo

Há seis semanas, o Panamá é palco de mobilizações, bloqueios de rodovias e portos. As manifestações operárias, camponesas, indígenas e populares exigiam do governo de Laurentino Cortizo, do Partido Revolucionário Democrático (PRD), que retirasse o projeto de lei que garantia à empresa Mineradora Panamá, filial da canadense *First Quantum Minerals*, novos contratos de exploração mineira de cobre.

O projeto foi apresentado em março. Nele, se estabelecia: a) a expropriação de terras em benefício da empresa; b) restrições à circulação (terrestre e aérea) nas terras concessionadas; c) 20 anos de contrato e prorrogáveis automaticamente; e) uma taxa mínima de tributação de US\$ 357 milhões. Além de contaminar e degradar as áreas naturais protegidas e as terras de camponeses e indígenas.

Em 3 de agosto, foi apresentado o projeto de lei no Congresso Nacional, e em 28 de agosto chegou à Comissão de Comércio e Assuntos Econômicos. Enquanto o projeto rolava de comissão em comissão na Assembleia Nacional (AN), novos protestos foram deflagrados e rapidamente se estenderam por todo o país.

Sob pressão das mobilizações, a AN e o governo retiraram o projeto original, e começaram a realizar negociações com a empresa, para mudar alguns aspectos. Retiraram-se da versão “original”: a) as restrições à circulação de pessoas pelas terras sob concessão ou propriedade da empresa; b) a expropriação compulsória de terras; c) a referência jurídica do contrato como prorrogável automaticamente, dentre outros pontos. Além disso, se passaria a exigir da empresa que restringisse suas atividades às regiões concessionadas, e que seria o Estado quem determinaria a orientação dos ganhos por tributação, e não a empresa, como em anteriores contratos (era a empresa que “aplicava” os valores dos tributos em projetos de saúde, educação, etc., nas comunidades). Por sua vez, a Mineradora Panamá pagou US\$ 567 milhões em tributos, pelo período de 2021/2023. E informou que novos montantes seriam pagos, logo após aprovado o novo contrato.

Essas manobras pretendiam enganar as massas, de que a AN, o governo e a empresa eram “sensíveis” às demandas populares, chamando-as a desmobilizar. Mas, logo transpareceu que o verdadeiro objetivo era o de evitar mais perdas aos capitalistas, nacionais e estrangeiros, que se viram afetados pelas paralisações, greves e bloqueios de portos, que importam suprimentos e maquinaria, ou escoam as exportações minerais. Desde iniciados os protestos, se estimam perdas para os empresários de US\$ 1,7 bilhões, por causa da queda das vendas, paralisação dos trabalhos e bloqueios, afetando a mineração, a agricultura, o comércio e o transporte de passageiros. O que atinge diretamente a arrecadação. A tributação das empresas do setor mineiro é responsável por 5% do PIB, e por 75% das exportações.

Em 16 de outubro, foi apresentado o “novo” projeto, e em sete horas foi aprovado em primeira votação, sem qualquer debate. Em 19 de outubro, realizou-se o segundo debate e, um dia depois, o terceiro. Em 20 de outubro, em menos de uma hora, foi aprovado. O governo disse que o “novo” respeitava os direitos soberanos do país e os interesses dos setores camponeses e indígenas. “Consultas cidadãs” (plebiscitos) foram convocadas. O governo pretendia usá-las para encenar uma paródia de debate democrático, para que a população apoiasse sua aprovação pelo governo.

As “consultas populares”, esmagadoramente, se definiram pela rejeição. Os protestos voltaram a explodir por todo o país, desta vez mais massificados e unitários. O governo decidiu, finalmente, pela repressão. Dois manifestantes foram mortos nos piquetes de rodovias, ora pela polícia, ora por agentes privados. Centenas foram presos, e milhares ficaram feridos pela polícia. Apesar dessa violenta ofensiva repressiva, as massas continuaram os protestos, e passaram a exigir a derrubada de todos os contratos de exploração mineira. As câmaras empresariais ficaram desesperadas, em vista do volume das perdas de seus lucros, e começaram a exigir do governo uma imediata solução ao conflito. O gover-

no teve de recuar e os parlamentares anunciaram um projeto de moratória das mais de 100 solicitações de concessões para a exploração de jazidas de ouro, cobre e manganês. Futuras concessões seriam submetidas a Consultas Populares, e aquelas já aprovadas (15), não seriam renovadas, após seu vencimento. E o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou contra a exploração mineira em áreas protegidas.

Fracassada a via repressiva e as manobras parlamentares e institucionais, o governo burguês anunciou que enviaria à AN um projeto de lei de contrarreformas e cortes orçamentários nos serviços públicos, para garantir os recursos fiscais necessários ao Estado e ao cumprimento de suas “obrigações financeiras”. Segundo o ministro de Economia e Finanças, Héctor Alexander, a extinção dos contratos levou a uma drástica redução orçamentária para 2024. E medidas de ajuste e novas reformas seriam necessárias. Quer dizer que, para garantir o pagamento da dívida pública (parasitismo financeiro) e “compensar” (subsidiar) os capitalistas pelas perdas, as massas pagarão com a destruição de direitos, precarização e redução salarial, para que os monopólios possam lucrar e enriquecer. Entretanto, essas medidas obrigarão as massas a continuar em luta, e a radicalizar seu enfrentamento com o Estado e os capitalistas, para defenderem seus direitos e necessidades mais elementares.

A crise econômica, o avanço ao parasitismo, o saque imperialista, a ofensiva de contrarreformas e ajustes do governo, impedem a burguesia de resolver a profunda crise social e política por meio de manobras institucionais. As massas exigem uma solução imediata a suas reivindicações. Isso explica porque cada manobra foi seguida de um fracasso e uma extensão e radicalização dos protestos, bloqueios e piquetes. A vanguarda com consciência de classe defende um programa comum e nacional de reivindicações, visando à derrota do governo e dos capitalistas, visando a abrir, no avanço das tendências da luta de classe, uma via à penetração da estratégia revolucionária do proletariado.